



Relatório de Gestão 2005



Ministro de Estado
Miguel Soldatelli Rosseto

Secretário Executivo
Guilherme Cassel

Presidente
ROLF HACKBART

Chefe de Gabinete
Viviane Sgarzi Coimbra

Procurador Geral
Valdez Adriani Farias

Diretor Executivo
Roberto Kiel

Diretor Executivo
Marcos Alexandre Kowarick

Diretor Executivo
Raimundo de Araújo Lima

Superintendente Nacional de Gestão Administrativa
Marcelo Cardona Rocha

Superintendente Nacional de Gestão Estratégica
Raimundo João Amorim Pereira

Superintendente Nacional de Desenvolvimento Agrário
César José de Oliveira

Missão

**“Criar oportunidades para
que as populações
rurais alcancem
plena cidadania”**



Visão de Futuro

**“Ser referência
internacional
de soluções de
inclusão social”**

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	11
2. DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
PROGRAMAS FINALÍSTICOS	14
Introdução	15
3. ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL PARA TRABALHADORES RURAIS	16
3.1 Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais	16
3.2 Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	17
3.3 Implantação de Projetos de Assentamento Rural	18
3.4 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Implantação	18
3.5 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação	19
3.6 Gestão e Administração do Programa	21
4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA	22
4.1 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Recuperação	22
4.2 Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural.	23
4.3 Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas.	23
4.4 Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais.	24
4.5 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Recuperação	25
4.6 Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	26
4.7 Gestão e Administração do Programa	28
5. REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	29
5.1 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	29
5.2 Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	30
5.3 Sistema de Cadastro Rural	31
5.4 Georreferenciamento de Imóveis Rurais	32
5.5 Implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR	33
6. PAZ NO CAMPO	35
6.1 Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.	35
7. EDUCAÇÃO DO CAMPO	36
7.1 Educação de Jovens e Adultos no Campo	36
7.2 Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional em Assistência Técnica	37
7.3 Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar	37
7.4 Capacitação e Formação de Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar	38
7.5 Gestão e Administração do Programa	39
8. BRASIL QUILOMBOLA	40
8.1 Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	40

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

8.2 Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

9. GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	43
9.1 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	43
10. ACORDO DE EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS	45
PROGRAMAS OPERACIONAIS	49
11. APOIO ADMINISTRATIVO	50
11.1 Administração da Unidade	50
11.2 Remuneração do Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais	50
11.3 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes.	51
11.4 Assistência Pré-escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados	53
11.5 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	54
11.6 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	54
PROGRAMA DE ACOES ESPECIAIS	56
12. CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	57
12.1 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado - Precatórios	57
13. SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	58
13.1 Amortização de Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa	58
14. PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	59
14.1 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	59
OUTRAS AÇÕES	60
15. AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	61
15.1 Ações previstas no termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC	62
15.2 Adequação das normas de licenciamento ambiental dos PA	62
15.3 Negociação de Acordos, Convênios e Termos de Cooperação entre os compromissados ou entre eles e os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, para viabilizar isenção de taxas e emolumentos, diminuir custos gerais e acelerar trâmites dos licenciamentos	62
15.4 Discussão acerca da elaboração de Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e/ou Plano de Recuperação do Assentamento – PRA para aqueles que não os possuem	63
15.5 Edição das Normas de Execução Nº. 43 e 44 de 2005, que tratam da alocação de recursos para recuperação de áreas degradadas e o roteiro que disciplinara sua utilização	63
15.6 Ingresso com solicitações de Licenciamento Ambiental	64
15.7 Parcerias	65
15.8 Coordenação do Meio Ambiente do INCRA	67

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

16. PLANEJAMENTO	68
16.1 Revisão do Plano Plurianual	69
16.2 Modernização Tecnológica	69
16.3 Monitoramento	70
16. CARTÕES DE CRÉDITO	71
17. DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO POR PROGRAMAS E AÇÕES - GLOBAL	63
18. CONTRATOS E CONVÊNIOS	76

DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA:

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, criado pelo Decreto-Lei nº. 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ: 00.375.972/0001-60, é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com sede e foro na Capital da República e atuação em todo o território nacional. Tem por finalidade:

- I) promover e executar a reforma agrária, visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social por meio de projetos de assentamento sustentáveis;
- II) promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- III) promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- IV) gerenciar a estrutura fundiária do país.

O INCRA tem os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização.

A sede principal do INCRA está localizada em Brasília, situada na SBN Quadra 01 - Bloco “D” – Edifício Palácio do Desenvolvimento 18º andar – CEP 70057-900 – Brasília–DF, onde estão estabelecidas a Presidência do órgão, Diretorias Executivas e as Superintendências Nacionais. Além da sede principal possui também 30 Superintendências Regionais, que estão estabelecidas em todas as Unidades da Federação. O endereço institucional do órgão na Internet é <http://www.INCRA.gov.br>.

A estrutura organizativa vigente foi aprovada pelo Decreto nº. 5.011, de 11 de março de 2004, publicado no DOU de 12 de março de 2004. E o Regimento Interno atual foi aprovado pela Portaria/MDA/Nº. 164, de 14 de julho de 2000, publicado no DOU de 17 de julho de 2000, alterada pela Portaria/MDA/Nº. 224, de 28 de setembro de 2001, publicada no DOU de 05 de outubro de 2001.

Dados do SIAFI

- Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Código do Órgão: 22201
- Gestão: 37201
- O INCRA possui as seguintes unidades gestoras:

Relação de Unidades Gestoras

UG	TÍTULO	UF	SR
373030	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARÁ-INCRA/SR-01	PA	01
373035	PROJETO FUNDIÁRIO PARAGOMINAS/PA	PA	01
373038	PROJETO FUNDIÁRIO TOME AÇU	PA	01
373045	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO CEARÁ-INCRA/SR-02	CE	02
373048	SUP. ESTADUAL DE PERNAMBUCO-INCRA/SR-03	PE	03
373080	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GOIAS-INCRA/SR-04	GO	04
373053	SUPERITENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05	BA	05
373055	SUP. EST. DE MINAS GERAIS-INCRA/SR-06	MG	06
133003	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	MG	06
373062	SUP. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO-INCRA/SR-07	RJ	07
373066	SUP. ESTADUAL DE SÃO PAULO-INCRA/SR-08	SP	08
373067	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL. DO PARANÁ-INCRA/SR-09	PR	09
133004	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	PR	09
373068	PROJETO FUNDIÁRIO PARANÁ	PR	09
373069	PROJETO FUNDIÁRIO IGUAÇU	PR	09
373070	SUP. EST. DE SANTA CATARINA-INCRA/SR-10	SC	10
373071	PROJETO FUNDIÁRIO SANTA CATARINA	SC	10
373072	SUP. ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL-INCRA/SR-11	RS	11
133005	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	RS	11
373040	SUP ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12	MA	12
133006	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	MA	12
373041	PIC BARRA DO CORDA - MA	MA	12
373042	PROJETO FUNDIARIO BACABAL	MA	12
373043	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO PINDARE	MA	12
133085	PROJETO FUNDIÁRIO IMPERATRIZ	MA	12
133086	PROJETO FUNDIÁRIO AÇAILÂNDIA	MA	12
373073	SUPERINTENDÊNCIA EST. DE MATO-GROSSO-INCRA/SR-13	MT	13
133007	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	MT	13
373074	PROJETO FUNDIÁRIO CARCERES	MT	13
373075	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO ARAGUAIA	MT	13
373076	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO GUAPORE	MT	13

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

373077	PROJETO FUNDIÁRIO NORTE DO MATO GROSSO	MT	13
373078	PROJETO FUNDIÁRIO DIAMANTINO	MT	13
373015	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ACRE-INCRA/SR-14	AC	14
373016	PROJETO FUNDIÁRIO ALTO PURUS	AC	14
373017	PROJETO FUNDIÁRIO ALTO JURUA	AC	14
373025	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15	AM	15
373058	SUP. ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL-INCRA/SR-16	MS	16
133008	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	MS	16
373059	PROJETO FUNDIÁRIO CORUMBA	MS	16
373060	PROJETO FUNDIÁRIO JARDIM	MS	16
373061	PROJETO FUNDIÁRIO DOURADOS	MS	16
373082	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RONDONIA-SR/17	RO	17
373012	INCRA-UNIDADE AVANÇADA JARU OURO PRETO	RO	17
373013	INCRA-UNIDADE AVANÇADA CORUMBIARA	RO	17
373014	INCRA-UNIDADE AVANÇADA GUAJARA MIRIM	RO	17
373047	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA-INCRA/SR-18	PB	18
373046	SUP. ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE - INCRA/SR-19	RN	19
133009	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	RN	19
373057	SUP. ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO-INCRA/SR-20	ES	20
373039	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21	AP	21
373051	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22	AL	22
373052	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23	SE	23
373044	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PIAUÍ-INCRA/SR-24	PI	24
373029	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RORAIMA-INCRA/SR-25	RR	25
373065	UNIDADE AVANÇADA NOVA AMAZONIA	RR	25
373085	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26	TO	26
133084	PROJETO FUNDIÁRIO ARAGUAINA	TO	26
373079	UNIDADE FUNDIÁRIA DE GURUPI	TO	26
373086	UNIDADE AVANÇADA ARAGUATINS	TO	26
133080	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PA-INCRA/SR-27	PA	27
133081	UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI	PA	27
133082	UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PA	27
373063	UNIDADE AVANÇADA DE XINGU	PA	27
133083	UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PA	27
133088	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DF DO ENTORNO	DF	28

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

373050	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MEDIO SÃO FRANCISCO	PE	29
373037	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SANTARÉM/SR-30	PA	30
373032	PROJETO FUNDIÁRIO-ALTAMIRA /PA	PA	30
373033	PROJETO FUNDIÁRIO CACHIMBO-ITAITUBA/PA	PA	30
133087	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DO INCRA	DF	
373001	DEPARTAMENTO DE ADMINIST. FINANCEIRA-DAF/INCRA	DF	
373002	SETORIAL DE CONTABILIDADE DF 22201 EXEC.	DF	
373083	DIVISÃO EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF/2 INCRA-SEDE/DF	DF	
133089	INST. NAC.DE COLONIZ . E REFORMA AGRARIA - INCRA	DF	
133001	INST. NAC.DE COLONIZ . E REFORMA AGRARIA - INCRA	DF	
133002	CONTRATO DE EMPRESTIMO BID 1248/0C-BR DF 22201 EXEC	DF	

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

O Orçamento inicial do INCRA para o ano de 2005 foi R\$ 3.415.603.989,00, teve no decorrer do exercício créditos adicionais aprovados no valor de R\$ 110.856.773,00, totalizando o montante de R\$ 3.526.460.762,00, o que significou um acréscimo de 41 % em relação ao Orçamento de 2004.

Em 2005 o INCRA assentou 127.506 novas famílias ultrapassando a meta prevista no II PNRA que era de 115.000 famílias, representando o maior desempenho da história da reforma agrária do País.

A recuperação dos projetos de assentamentos criados ao longo dos anos é prioridade do Governo, para tanto, foram articuladas e implementadas parcerias visando prover os assentamentos antigos de infra-estrutura básica: saneamento, eletrificação rural, estradas, entre outras, com destaque para a parceria com o Ministério das Minas e Energia que, proporcionou eletrificação rural a 75.070 famílias assentadas, por meio do Programa Luz Para Todos.

O Governo Federal assentou novas famílias e recuperou os assentamentos antigos, com o compromisso de promover uma reforma agrária de qualidade, disponibilizou assistência técnica para 314.283 famílias e concedeu crédito de instalação para 155.557 famílias, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, por meio da construção de moradia e outras melhorias. Aprimorou as condições de trabalho, facilitando a aquisição de ferramentas e insumos para as atividades produtivas na terra. Além disso, foram beneficiadas 191,7 mil famílias com ações diretas do INCRA na construção/recuperação de 10.948 km de estradas, 3.427 unidades de abastecimento de água e 3.579, infra-estruturas diversas em Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais.

Também foram implementadas ações visando promover a igualdade de gênero e raça, como a emissão de documentação civil básica para 129.546 mulheres trabalhadoras rurais, e o reconhecimento de comunidades tradicionais, como a identificação de 33 comunidades quilombolas.

O Programa Nacional de Reforma Agrária apóia o processo de escolarização e formação dos trabalhadores rurais, por meio do Programa Educação do Campo - PRONERA. No exercício de 2005, 74.276 pessoas tiveram acesso a programa de educação nos assentamentos e 534 profissionais foram capacitados em assistência técnica.

O Governo Federal desenvolveu uma política de fortalecimento do INCRA e valorização dos servidores, instituindo a carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, Lei 11.090/2005 e regulamentando a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, Decreto 5.580/2005, e investindo na contratação de 471 servidores concursados e realizando concurso público para preenchimento de 1.300

vagas para a nova carreira.

O presente relatório atende determinação contida nos itens 04 e 05 do anexo II da DN/TCU/Nº. 71, de 07 de dezembro de 2005 e IN/INCRA/Nº. 23, de 25 de novembro de 2005, o qual demonstra a avaliação dos resultados da execução dos Programas/Ações do INCRA, considerando os resultados quantitativos e qualitativos alcançados como também a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos para a Autarquia.

ROLF HACKBART
Presidente

2. DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO.

O Orçamento da Autarquia para o exercício de 2005 foi aprovado pela Lei nº. 11.100, de 25.01.05. Inicialmente no valor de R\$ 3.415.603.989, sendo R\$ 2.302.434.809,00 em moeda nacional e, R\$ 1.113.169.180,00 em Títulos da Dívida Agrária – TDA sofreu alterações durante o exercício, mediante aprovação de créditos adicionais no valor de R\$ 110.856.773,00 que são demonstrados a seguir.

DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Lei nº 11.100, de 25/01/2005	3.415.603.989,00
Créditos Suplementares	110.856.773,00
(+) Acréscimos	820.762.930,00
(-) Decréscimos	(709.906.157,00)
(=) Dotação final	3.526.460.762,00
Transferências Intragovernamentais	(80.754.566,52)
(+) Destaque Recebido	3.390.772,14
(-) Destaque Concedido	(84.145.338,66)
(-) Crédito Transferido	0,00
(=) Total de Despesas Fixadas	3.445.706.195,48
TOTAL GERAL	3.445.706.195,48

Fonte: Superintendência Nacional de Gestão Administrativa - SA

Comparados os valores dos orçamentos fixados para 2004 e 2005 percebe-se que houve um aumento de 42,04 % na dotação orçamentária, como se demonstra a seguir:

TÍTULO	2004	2005	%
(+) OGU + Créditos Suplementares	2.502.945.822,00	3.526.460.762,00	40,89
(+) Transferências Intragovernamentais (recebidas)	11.012.042,79	3.390.772,14	-69,21
(-) Transferências Intergovernamentais (concedidas)	(88.161.901,30)	(84.145.338,66)	-4,56
(-) Dotação Cancelada/Remanejada	0,00	0,00	
(=) TOTAL	2.425.795.963,49	3445.706.195,48	42,04

Fonte: SA

Programas Finalísticos

INTRODUÇÃO

Os Programas finalísticos do INCRA seguem as diretrizes do II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, as quais incluem participação social, capacitação dos trabalhadores, reconhecimento da diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, raça e etnia, os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, para promoção do etnodesenvolvimento. Programas desta envergadura exigem o envolvimento dos governos Federal, Estadual e Municipal, por meio de parcerias interinstitucionais e com a sociedade civil.

O Programa Assentamento Sustentável para Trabalhadores Rurais tem como objetivo promover a democratização do acesso a terra, por meio de ações que garantam a soberania alimentar e a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais sem terra, por meio de ações que envolvem atividades com o propósito de viabilizar vistorias e avaliação de áreas, emissão de decretos desapropriatórios, compras de terras, criação de projetos de assentamentos, cadastramento e escolhas de famílias para posterior assentamento, concessão de crédito para dar condições de subsistência às famílias na etapa inicial do assentamento, e assistência técnica de forma integral e continuada para melhorar a organização produtiva, comercial e ambiental assegurando a construção do pleno exercício da cidadania.

O Programa Desenvolvimento Sustentável visa recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária criados até 2002 de modo a proporcionar a população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

O Programa Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária têm como objetivo conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

O Programa Paz no Campo tem como objetivo reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

O Programa Educação do Campo tem como objetivo promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio – cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.

O Programa Brasil Quilombola tem como objetivo assegurar as comunidades remanescentes de Quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social bem como a propriedade de suas terras.

O Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

3. PROGRAMA: ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL PARA TRABALHADORES RURAIS.

Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária prevista em lei para o Programa foi R\$ 1.876.495.009,00 (um bilhão oitocentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e nove reais), mais R\$ 269.520.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e vinte mil reais), provenientes de suplementação orçamentária, e crédito contingenciado R\$ 103.132.398,00 (cento e três milhões, cento e trinta e dois mil e trezentos e noventa e oito reais) resultando efetivamente em R\$ 2.042.882.611,00 (dois bilhões, quarenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e seiscentos e onze reais) de crédito autorizado. Esses recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa.

3.1 Ação: Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais

Objetivo: Promover a identificação de imóveis passíveis de desapropriação e aquisição, a perícia judicial em ações de desapropriação de imóveis e providenciar o licenciamento ambiental para possíveis áreas de assentamento.

As ações preparatórias para obtenção de imóveis rurais compreendem atividades de identificação de propriedades rurais que não estejam cumprindo a sua função social, conforme define a Constituição Federal, e que sejam tecnicamente viáveis para fins de reforma agrária, assim como a vistoria e a avaliação de imóveis rurais a serem adquiridos através de compra direta nos moldes do Decreto nº 433/92. As ações preparatórias incluem, também, as atividades relacionadas aos licenciamentos ambientais, em conformidade com a Resolução CONAMA nº. 289/01.

Demonstração física-financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
11.136.034	11.936.034	800.000		11.425.623	11.425.623	96%

Meta Física	Realizado	Execução
Área Identificada (há)	Área Identificada	(%)
4.657.143	3.353.045	72%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 11.936.034,00 (onze milhões, novecentos e trinta e seis mil e trinta e quatro reais), foram empenhados e liquidados R\$ 11.425.623,00 (onze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e três reais), resultando em uma aplicação de 96% dos recursos orçamentários/financeiros, o que proporcionou uma execução física de 72% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

A diferença de 28% entre o programado e o executado é justificável em razão de terem sido trabalhadas, no exercício, regiões que apresentam imóveis com áreas individuais inferiores às médias então praticadas. Isto implicou, ao final, em um menor número de área total identificada, porém resultou num maior número de imóveis vistoriados. As despesas variam conforme a localização/acesso e dimensão dos imóveis vistoriados, dificuldades de obter informações cartorárias, acarretando maior número de dias de deslocamento, além de recursos impetrados pelos proprietários, dentre outras.

Os recursos utilizados para o licenciamento ambiental dos imóveis rurais que serão incorporados ao Programa de Reforma Agrária também são oriundos desta ação e não são contabilizados como área identificada, o que também justifica a divergência entre execução física e financeira. Outro fator a ser considerado nesta divergência é a utilização destes recursos para fazer face às ações de perícias judiciais eventualmente existentes.

3.2 Ação: Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária

Objetivo: Obter área rural por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
754.797.646	1.368.683.391	700.000.000	86.114.255	1.329.478.875	1.329.478.875	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Área Obtida (há)	Área Obtida (há)	(%)
1.913.235	914.447	48%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 1.368.683.391,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e três mil e trezentos e noventa e um reais), foram empenhados e liquidados R\$ 1.329.478.875,00 (um bilhão, trezentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e cinco reais), resultando em uma aplicação de 97% dos recursos orçamentários/financeiros, o que proporcionou uma execução física de 48% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A previsão do custo do hectare estabelecido por ocasião do PPA 2004/2007 foi de aproximadamente R\$ 1.000,00/hectare. A LOA 2005 estabeleceu o valor de R\$ 394,51/hectare, reveladamente insuficientes, o que demandou acréscimo do orçamento, restando autorizado o valor médio de R\$ 715,38/hectare, ainda insuficientes, em face do valor final médio praticado de R\$ 1.453,86/hectare, ou 40% médios superiores ao previsto no PPA. Essa majoração justificou - se pelo custo diferenciado das terras localizadas nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, fortemente impactadas pelo

“commodities” agrícolas nos últimos dois anos. Esse cenário implicou diretamente na redução de área indenizada.

3.3 Ação: Projetos de Assentamento Rural em Implantação

Objetivo: Prover os assentamentos de plano de desenvolvimento, de serviços topográficos e infra-estrutura básica.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
143.570.600	138.614.448	-	4.956.152	133.273.635	133.273.635	96%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Beneficiada	Família Beneficiada	(%)
115.000	94.362	82%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 138.614.448,00 (cento e trinta e oito milhões, seiscentos e quatorze mil e quatrocentos e quarenta e oito reais) foram empenhados e liquidados R\$ 133.273.635,00 (cento e trinta e três milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais), resultando em uma aplicação de 96% dos recursos orçamentários/financeiros, o que proporcionou uma execução física de 82% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos desta ação destinam-se a execução de obras e serviços nos Projetos de Assentamento em implantação. A meta realizada foi de 94.362 famílias atendidas com infra-estrutura, serviços topográficos e PDA, correspondendo a um percentual de 82 % da meta física prevista. Ressalte - se que as 94.362 famílias atendidas podem ter sido beneficiadas mais de uma vez com serviços e/ou obras, computados na ação.

A execução física de 82% se justifica pelo fato do recurso orçamentário ter sido reduzido, tornando-se insuficiente para atender a meta física estabelecida.

3.4 Ação: Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação

Objetivo: Dar condições de subsistência às famílias na etapa inicial do assentamento rural implantado pelo INCRA, proporcionando a aquisição de ferramentas e insumos, de forma a permitir o início de atividades produtivas na parcela de terra, bem como propiciando condições dignas de moradia ao assentado.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
888.145.000	455.685.000	(432.460.000)		363.929.276	363.929.276	80%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Atendida	Família Atendida	(%)
115.000	95.098	83%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 455.685.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil reais), foram empenhados e liquidados R\$ 363.929.276,00 (trezentos e sessenta e três milhões, novecentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e seis reais), resultando em uma aplicação de 80% dos recursos orçamentários/financeiros, o que proporcionou uma execução física de 83% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução física de 83% se deu pelo fato do grande número de famílias terem sido assentadas no último trimestre de 2005, não havendo, portanto, tempo hábil para formalização dos processos de concessão de créditos.

Foram formalizadas medidas visando maior controle na aplicação do crédito, como a celebração do contrato com o Banco do Brasil para repasse de recursos em conta corrente específica e bloqueada, com o pagamento feito diretamente ao fornecedor, mediante a apresentação de nota fiscal.

3.5 Ação: Assistência Técnica e Capacitação de assentados – Implantação

Objetivo: Assessorar as famílias beneficiadas em Projetos de Assentamento na sua implantação, de forma integral e continuada, no melhoramento da organização produtiva, comercial, social, ambiental e de gestão, assegurando a construção do pleno exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e sua integração no contexto econômico do País.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c.)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
56.917.889	44.855.899	-	12.061.990	43.673.252	43.673.252	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Assistida	Família Assistida	(%)
149.943	124.829	83%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 44.855.899,00 (quarenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais), foram empenhados e liquidados R\$ 43.673.252,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e setenta e três mil, duzentos e cinquenta, e dois reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 97% e uma execução física de 83%, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, foi criado em 2004 pelo INCRA/MDA, através da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº. 39, de 30/04/04, e desenvolvido em parceria com Empresas Privadas de Assistência Técnica, EMATER, Organizações Não Governamentais, Fundações de Universidades Públicas, por meio de convênios/contratos plurianuais, com vigências até dezembro de 2007, celebrados pelas Superintendências Regionais do INCRA.

O custo família/ano para os serviços de ATES praticado é de R\$ 400,00 por família, conforme estabelecido na NE/INCRA/SD/Nº. 36/04. Em função desse custo, a necessidade orçamentária para assistir as famílias, programada na LOA 2005, seria de R\$ 59.977.200,00. O não atingimento da meta física prevista deu - se em função do custo definido na LOA 2005, que era de R\$ 379,59. Soma - se a isto, um corte orçamentário de R\$ 12.061.990,00 diminuindo ainda mais o custo da ação, que passou a ser de R\$ 299,15. Essa redução de custo unitário na Lei não foi acompanhada de uma redução da meta física proposta, gerando distorções para a execução das ações de ATES. Pode - se somar a essas questões a decisão de Governo de estabelecer limites para movimentação e empenho por quadrimestres (Decreto nº. 5.379, de 25/02/2005). Também impactou negativamente na execução da ação a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação. Todos esses fatos geraram dificuldades na operacionalização da ação, principalmente em uma ação que é toda executada de forma descentralizada, por meio de parcerias firmadas através de convênios/contratos, que estabelecem um cronograma de execução físico/financeiro.

No custo praticado de R\$ 299,15 também estão contempladas as ações de capacitação, firmadas através de convênios pelo INCRA/SEDE, para atender as famílias assentadas, reduzindo na realidade ainda mais o custo do programa de ATES.

3.6 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio Programa.

A dotação orçamentária para o exercício de 2005 foi R\$ 18.927.840,00(dezoito milhões, novecentos e vinte e sete mil e oitocentos e quarenta reais) mais R\$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil reais) proveniente de suplementação orçamentária, resultando efetivamente em R\$ 20.107.840,00 (vinte milhões, cento e sete mil, oitocentos e quarenta reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 19.423.607,00 (dezenove milhões, quatrocentos e vinte e três mil e seiscentos e sete reais), totalizando 97% de execução orçamentária/financeira.

Esses recursos foram utilizados para o acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamento de diárias, passagens e material de consumo das Unidades Regionais do INCRA, dentre outras.

4. PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária para o programa, de R\$ 777.841.715,00 (setecentos e setenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e um mil e setecentos e quinze reais) e redução R\$ 267.380.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, trezentos e oitenta mil reais), e crédito contingenciado de R\$ 22.742.120,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil e cento e vinte reais), resultando efetivamente em R\$ 487.719.595,00 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, setecentos e dezenove mil e quinhentos e noventa e cinco reais) de crédito autorizado. Esses recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa.

4.1 Ação: Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados – Recuperação

Objetivo: Proporcionar a complementação do crédito-instalação às famílias assentadas que não o receberam integralmente durante a primeira fase do assentamento, visando provê-las dos recursos necessários à sua instalação nos projetos de assentamentos.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
549.337.000	281.797.000	(267.540.000)	-	227.680.385	227.680.385	81%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Atendida	Família Atendida	(%)
71.130	60.459	85%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 281.797.000,00 (duzentos e oitenta e um milhões, setecentos e noventa e sete mil reais), foram empenhados e liquidados R\$ 227.680.385,00 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e oitenta mil e trezentos e oitenta e cinco reais), resultando em uma aplicação de 81% dos recursos orçamentários/financeiros, e uma execução física de 85% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução física de 85% da meta estabelecida na LOA ocorreu em função do tempo despendido com vistoria “in loco” e análise caso – a – caso, na identificação da moradia que realmente necessitasse da aplicação desses recursos, não havendo, portanto, tempo hábil para formalização dos processos de concessão de créditos.

Foram formalizadas medidas visando maior controle na aplicação do crédito, como a celebração do contrato com o Banco do Brasil para repasse de recursos em conta corrente específica e bloqueada, com o pagamento feito diretamente ao fornecedor, mediante a apresentação de nota fiscal.

4.2 Ação: Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural.

Objetivo: Dotar os projetos de assentamento já criados de infra-estrutura e serviços necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
75.476.513	67.941.667	-	7.534.846	62.941.802	62.941.802	93%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Atendida	Família Atendida	(%)
71.130	97.365	137%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 67.941.667,00 (sessenta e sete milhões, novecentos e quarenta e um mil e seiscentos e sessenta e sete reais), foram empenhados e liquidados R\$ 62.941.802,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e dois reais), resultando em uma aplicação de 93% dos recursos orçamentários/financeiros e uma execução física de 137% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos desta ação compreendem a execução de obras e serviços nos Projetos de Assentamento já implantados anteriormente a 2005. Foram atendidas 97.365 famílias com infra-estrutura, serviços topográficos e Planos de Recuperação - PRA o que corresponde a 137% da meta física. Ressaltando-se que as famílias atendidas receberam um ou mais serviços e/ou obra.

A execução física de 137% foi em função da decisão estratégica em priorizar o PRA, a topografia e as obras de infra-estrutura de menor custo (sistema de abastecimento de água) para atender maior número de famílias. As obras de grande porte anteriormente programadas foram sobrestadas em função da insuficiência dos recursos recebidos.

4.3 Ação: Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas

Objetivo: Viabilizar o incremento de renda nos Projetos de Assentamentos Rurais mediante atividades econômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
10.046.086	9.612.068	-	434.018	8.525.437	8.525.437	89%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Beneficiada	Família Beneficiada	(%)
27.951	38.728	139%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 9.612.068,00 (nove milhões, seiscentos e doze mil e sessenta e oito reais), foram empenhados e liquidados R\$ 8.525.437,00 (oito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais), resultando em uma aplicação de 89% dos recursos orçamentários/financeiros e uma execução física de 139% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução física de 139% foi alcançada em função da maximização dos recursos obtidos com ampliação das parcerias com entidades públicas e privadas.

4.4 Ação: Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais.

Objetivo: Transferir para os assentados e posseiros, em definitivo ou a título precário, o domínio das terras destinadas a projetos de assentamento e regularização fundiária.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
6.401.976	5.384.000	(640.000)	377.975	4.622.787	4.622.787	86%

Meta Física	Realizado	Execução
Doc. Concedida	Doc. Concedida	(%)
47.985	5.107	11%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, de R\$ 5.384.000,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta, e quatro mil reais), foram empenhados e liquidados R\$ 4.622.787,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil e setecentos e oitenta e sete reais) resultando em uma aplicação de 86% dos recursos orçamentários/financeiros e uma execução física de 11% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A execução orçamentária privilegiou principalmente os procedimentos de vistorias dos lotes, porém não houve tempo hábil para conclusão dos processos administrativos das vistorias, impossibilitando a emissão de 89% dos títulos de domínio.

O percentual de 11% de execução física em relação à meta estabelecida foi resultante dos impedimentos para a emissão de títulos de domínio dos quais se destacam: atraso na conclusão do desenvolvimento do sistema de titulação, falta de documentação pessoal dos beneficiários e pendências para conclusão dos processos administrativos dos beneficiários.

As medidas implementadas foram: realização de 192 mutirões pelas Superintendências Regionais do INCRA, abrangendo 284 municípios brasileiros dos quais resultaram na emissão de 129.546 documentos previstos no Programa Nacional da Trabalhadora Rural, superando a meta de 70 mil documentos previstos; e a conclusão do sistema de titulação que só ocorreu em novembro 2005, possibilitando somente a emissão de 5.107 títulos de domínio.

4.5 Ação: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação

Objetivo: Assessorar as famílias beneficiadas em Projetos de Assentamento na recuperação dos mesmos, de forma integral e continuada, no melhoramento da organização produtiva, comercial, social, ambiental e de gestão, assegurando a construção do pleno exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e sua integração no contexto econômico do País.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
95.571.622	86.080.700	-	9.490.921	78.671.137	78.671.137	91%

Meta Física	Realizado	Execução
Família Assistida	Família Assistida	(%)
328.117	189.454	58%

Avaliação dos resultados da execução físico-financeira

Do limite autorizado, de R\$ 86.080.700,00 (oitenta e seis milhões, oitenta mil e setecentos reais), foram empenhados e liquidados R\$ 78.671.137,00 (setenta e oito milhões, seiscentos e setenta e um mil e cento e trinta e sete reais), resultando em uma execução orçamentário-financeira de 91% e uma execução física de 58% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES foi criado em 2004 pelo INCRA/MDA, através da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº. 39, de 30/04/04 e Manual Operacional de ATES, e desenvolvido em parceria com Empresas Privadas de Assistência Técnica, EMATER, Organizações Não Governamentais, Fundações de Universidades Públicas, por meio de convênios/contratos plurianuais, com vigências até dezembro de 2007, celebrados pelas Superintendências Regionais do INCRA.

O custo família/ano para os serviços de ATES praticado é de R\$ 400,00 por família, conforme estabelecido na NE/INCRA/SD/Nº. 36 / 04. Em função desse custo, a necessidade orçamentária para assistir as famílias, programada na LOA 2005, seria de R\$ 131.246.800,00. O não atingimento da meta física prevista deu-se em função do custo definido na LOA 2005, que era de R\$ 291,27. Soma-se a isto, um corte orçamentário de R\$ 9.490.921,00, diminuindo ainda mais o custo da ação, que passou a ser de R\$ 262,35. Essa redução de custo unitário na Lei não foi acompanhada de uma redução da meta física proposta, gerando distorções para a execução das ações de ATES.

Pode - se somar a essas questões a decisão de Governo de estabelecer limites para movimentação e empenho por quadrimestres (Decreto nº. 5.379, de 25/02/2005). Também impactou negativamente na execução da ação a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação. Todos esses fatos geraram dificuldades na operacionalização da ação, principalmente em uma ação que é toda executada da forma descentralizada por meio de parcerias firmadas através de convênios/contratos, que estabelecem um cronograma de execução físico/financeiro.

Pode-se explicar o custo de R\$ 415,25 praticado no atendimento das 189.454 famílias, que sofreu aumento em função de realização de ações de capacitação, através de convênios firmados pela INCRA/SEDE, para atender as famílias assentadas, beneficiárias do programa de ATES.

4.6 Ação: Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Objetivo: Desenvolver e implantar o modelo para consolidação dos assentamentos resultantes da Reforma Agrária no Brasil visando alcançar sua independência com relação ao INCRA e a integração das famílias assentadas no seguimento da agricultura familiar, proporcionando a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social das famílias assentadas e conquista da cidadania.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
30.000.000	25.095.641	-	4.904.359	24.351.703	24.351.703	97%

Meta Física	Realizado	Execução
Fam. Assent.Consolid.	Fam. Assent.Consolid.	(%)
1.416	624	44%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 25.095.641,00 (vinte e cinco milhões, noventa e cinco mil e seiscentos e quarenta e um reais), foram empenhados e liquidados R\$ 24.351.703,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e cinquenta e um mil e setecentos e três reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 97% e uma execução física de 44% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Em função da negativa do Ministério de Planejamento quanto a melhor adequação do produto, convencionou - se que o PAC consolida assentamentos quando encerra o convênio estabelecido com a comunidade. No entanto, tem - se ciência da prerrogativa dos Superintendentes Regionais na decisão da consolidação de assentamentos do INCRA.

Em relação aos convênios efetivamente encerrados em 2005, a meta atingida foi de 624 famílias, tendo em vista que os atrasos nos repasses financeiros às associações e cooperativas de assentados refletiram negativamente nos cronogramas de execução dos convênios firmados.

Por outro lado, estamos trabalhando atualmente com 54 Planos de Consolidação de Assentamentos – PCAS, envolvendo 67 assentamentos e 8.953 famílias, em ações gerais ligadas ao desenvolvimento destes assentamentos. Nestes termos, os resultados físicos atuais representam a construção de 163,97 km de estradas; 210,91 km de rede de energia elétrica implementada, com outras 275 famílias atendidas em ações de adequação de rede, substituição de transformadores, troca de cabos, etc.; instalação/reforma de 1.066 módulos sanitários; melhoria habitacional em 543 casas; implantação de 8,8 km de rede de abastecimento de água, beneficiando 528 famílias; abertura e recuperação de 486 fontes de água; perfuração de 4 poços artesianos e implantação de 87 mini-poços; construção de 210 cisternas; construção/reforma de 11 escolas e construção/reforma de 6 brinquedotecas; construção/reforma de 26 Centros Comunitários; correção de 6.486,80 ha. de solo com calcário e fosfato; proteção e conservação de 1.124,00 ha. de solos; construção de 1 agroindústria; construção/reforma de 4 galpões/armazéns; implantação de 20,00 ha. de Sistemas Agroflorestais; reflorestamento de 192,50 ha. de reservas e lotes; e cercamento de 18,00 km de reservas.

4.7 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

A dotação orçamentária para o exercício de 2005 foi R\$ 11.008.518,00 (onze milhões, oito mil e quinhentos e dezoito reais) mais R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) provenientes de suplementação orçamentária resultando em R\$ 11.808.518,00 (onze milhões, oitocentos e oito mil e quinhentos e dezoito reais) de limite autorizado, dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 11.359.668,00 (onze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e sessenta e oito reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 96% . Esses recursos foram utilizados nas despesas que implementaram o programa e compreendem o pagamento de diárias, passagens e material de consumo das unidades Regionais do INCRA, dentre outras.

5. PROGRAMA: REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária para o programa R\$ 83.900.556,00 (oitenta e três milhões, novecentos mil e quinhentos e cinquenta e seis reais) e redução de R\$ 4.305.853,00 (quatro milhões, trezentos e cinco mil, oitocentos e cinquenta e três reais) e crédito contingenciado R\$ 19.678.505,00 (dezenove milhões, seiscentos e setenta e oito mil e quinhentos e cinco reais) resultando efetivamente em R\$ 59.916.198,00 (cinquenta e nove milhões, novecentos e dezesseis mil e cento e noventa e oito reais) de crédito autorizado. Esses recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa.

5.1 Ação: Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Objetivo: Auferir qualidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto particulares quanto públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis para fins de registro imobiliário, de controle de aquisição de terras por estrangeiro, de limite mínimo de parcelamento do imóvel rural e de identificação dos imóveis rurais passíveis de ações de reforma agrária.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
38.434.688	28.386.614	(605.853)	9.442.221	24.257.518	24.257.518	85%

Meta Física	Realizado	Execução
Imóvel Gerenciado	Imóvel Gerenciado	(%)
4.227.204	4.931.723	117%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 28.386.614,00 (vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil e seiscentos e quatorze reais), foram empenhados e liquidados R\$ 24.257.518,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e dezoito reais) resultando em uma execução orçamentária/financeira de 85% e uma execução física de 117% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Foi executado o gerenciamento de toda a base cadastral do SNCR. O acréscimo de 17% à meta prevista é decorrente da inclusão de 704.519 declarações correspondentes a novos imóveis rurais.

A execução orçamentária atingiu 85% do previsto em decorrência da falta de implementação de supervisão e treinamento com a totalidade dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC nas Prefeituras conveniadas porque não houve renovação do Termo de Cooperação Técnica - TCT com parte delas.

5.2 Ação: Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Objetivo: Propiciar destinação de terras públicas destinação de terras publicas baseando - se no princípio da democratização de acesso a terra, visando à regularização e expedição dos títulos de propriedade aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos já emitidos.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
10.294.846	8.883.485	(1.000.000)	411.360	8.171.420	8.171.420	92%

Meta Física	Realizado	Execução
Imóvel Regularizado	Imóvel Regularizado	(%)
100.561	7.653	8%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 8.883.485,00(oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), foram empenhados e liquidados R\$ 8.171.420,00 (oito milhões, cento e setenta e um mil e quatrocentos e vinte reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 92% e uma execução física de 8% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A baixa execução de acordo com as metas físicas estabelecidas no PPA e adotadas no II PNRA deu - se basicamente em função de quatro fatores:

- Necessidade de o governo alcançar em larga escala a regularização dos mais de 110 milhões de hectares de sua propriedade nos estados da Amazônia Legal, paralisada por mais de 15 anos;
- Falta de aprovação por parte do Ministério do Planejamento da nova estrutura organizacional do INCRA, que prevê a estruturação em todo território nacional, e em particular, na Amazônia Legal, da Diretoria de Ordenamento Fundiário.

- O valor unitário estabelecido por imóvel regularizado muito abaixo do custo praticado na sua execução
- O fato do indicador “imóvel regularizado” ser inadequado para aferir o desempenho.

Desta forma, a prática habitual de regularizar imóveis de até 100 hectares foi substituída pela regularização de grandes glebas federais para criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável, sob diversas modalidades. Assim a regularização de mais de 12 milhões de hectares é equivalente a mais de 122 mil imóveis, tendo como referência a área de até 100 ha., prevista no II PNRA, o que reflete o quadro acima.

A execução desta ação foi direcionada para as áreas de conflito em terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal, de forma a atender as demandas do Plano Amazônia Sustentável - PAS e as Áreas de Limitação Administrativa Provisória – ALAP, no estado do Pará. Este Plano é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional – GSI, em parceria com onze ministérios para inibir o desmatamento desordenado na Amazônia Legal e a grilagem de terras públicas federais.

A estratégia adotada focou a execução desta ação em grandes áreas, de forma a atingir um público maior e assegurar a criação de assentamentos sustentáveis, uma vez que a ação de regularização dos imóveis abaixo de 4 módulos fiscais, ou seja, pequenas áreas, são objeto de outra Ação do PPA, e que prevê a regularização de 500 mil pequenas posses, a ser realizada com financiamento externo (BID), cujo empréstimo só foi aprovado pelo Senado Federal em novembro.

A alteração da Lei 8.666/93, que elevou o teto da alienação ou concessão de direito real de uso para 500 hectares, sem licitação, aconteceu somente ao final do ano de 2005, comprometendo o avanço do processo de regularização fundiária em boa parte da região norte, sobretudo nos Estados do Pará, Amazonas e Rondônia.

A meta física executada ficou em 8% da meta programada para o exercício de 2005. Há que se destacar ainda que, embora o número de imóveis regularizados tenha ficado abaixo da meta estabelecida, a área regularizada alcançou um valor superior a 12 milhões de hectares (12.242.206 ha.), equivalente a 1,43% de toda a superfície territorial brasileira. Nestes cálculos foram incorporados os imóveis regularizados em decorrência de convênios firmados com diversos estados brasileiros e os imóveis regularizados diretamente pelas Superintendências Regionais da Região Norte.

5.3 Ação: Sistema de Cadastro Rural

Objetivo: Manter banco de dados informatizado com informações sobre imóveis rurais cadastrados no sistema Nacional de Cadastro de Imóveis rurais – SNCR, e disponibiliza-lo via Internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
7.100.000	7.099.350	-	650	6.659.687	6.659.687	94%

Meta Física	Realizado	Execução
Sistema Implantado	Sistema Implantado	(%)
1	1	100%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 7.099.350,00(sete milhões, noventa e nove mil e trezentos e cinquenta reais), foram empenhados e liquidados R\$ 6.659.867,00(seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e sessenta e sete reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 94% e física de 100% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos desta ação são afetos à manutenção e atualização dos registros que integram tal sistema, bem como a sua modernização, com a incorporação de novas tecnologias de processamento voltadas à agilidade, segurança e controle da informação.

5.4 Ação: Georreferenciamento de Imóveis Rurais

Objetivo: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Estabelecer referência geodésica única e integrada à Rede Brasileira Monitoramento Contínuo – RBMC, do IBGE, através da rede INCRA de base comunitárias do GPS – RIBAC, para o serviço de georreferenciamento de imóveis rurais.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
27.678.300	15.546.748	(2.700.000)	9.431.552	12.825.165	12.825.165	82%

Meta Física	Realizado	Execução
Imo. Geo Refer.	Imo. Geo Refer.	(%)
261.713	27.575	11%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 15.546.748,00 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e quarenta e oito reais), foram empenhados e liquidados R\$ 12.825.165,00(doze milhões, oitocentos e vinte e cinco mil e cento e sessenta e cinco

reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 82% e uma execução física de 11% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

Esta ação visa identificar, localizar e caracterizar geograficamente os limites e uso da terra dos imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS), sensoriamento remoto (imagens de satélite), incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Visa também estabelecer referência geodésica única e integrada a RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE, através da Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS – RIBAC, a qual tem manutenção e funcionamento ininterrupto de uma rede de 50 estações ativas receptoras de sinais do GPS, distribuídas em todo o território nacional, com acesso aos seus dados sendo feito pela Internet, sem restrição ou custos a qualquer usuário, para o serviço de georreferenciamento de imóveis rurais.

A execução física ficou em 11% da meta física prevista para o exercício de 2005, embora os imóveis georreferenciados tenham alcançado uma área superior a 18 milhões de hectares (18.562.750,82 ha) equivalentes a 2,18% de toda a superfície territorial brasileira, equivalendo a mais de 185 mil imóveis com área máxima de 100 hectares conforme previsto no II PNRA. Nestes cálculos foram incorporados os imóveis georreferenciados em decorrência de convênios firmados com diversos estados brasileiros e os imóveis georreferenciados pelas Superintendências Regionais.

Assim como a Ação de Regularização Fundiária, esta ação também foi direcionada para as áreas de conflito em terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal, de forma a atender as demandas do Plano Amazônia Sustentável – PAS, as Áreas de Limitação Administrativa Provisória – ALAP e as glebas públicas federais localizadas no Estado do Pará, ao longo das BR 163 (Cuiabá-Santarém) e BR 240 (Transamazônica) atendendo ao Plano coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

Os valores unitários praticados nos serviços de georreferenciamento, mesmo contando com a participação do Exército Brasileiro no Pará, ou em ações executadas diretamente por técnicos do Incra, equivalente a R\$ 500, 00, sempre ficaram acima do valor unitário estabelecido no PPA 2004 - 2007, que é de R\$ 109,00. Esta diferença de quase R\$ 400,00 prejudicou não só a execução direta dos serviços, mas, sobretudo impediu a contratação desses serviços junto à iniciativa privada, tornando deserta diversas licitações efetuadas por nossas Superintendências Regionais (RO, PR, RJ, MT, MS, AM entre outras). A impossibilidade de contratação desses serviços junto à iniciativa privada, pelo valor unitário estabelecido, só foi superado em dezembro quando uma nova Tabela de Preços Referenciais para Serviços de Agrimensura foi aprovada pelo Incra, estabelecendo o valor mínimo de R\$ 783,00 para georreferenciar imóvel de 50 hectares.

5.5 Ação: Implantação do CNIR

Objetivo: Implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, visando a integração das ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal na definição de políticas e diretrizes fiscal, ambiental, de desenvolvimento rural e de reforma agrária.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
392.722	-	-	392.722			#DIV/0!

Meta Física	Realizado	Execução
Cadastro Implantado	Cadastro Implantado	(%)
50%		0%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite aprovado na LOA R\$ 392.722,00 (trezentos e noventa e dois mil setecentos e vinte e dois reais), foram contingenciados R\$ 392.722,00 (trezentos e noventa e dois mil, setecentos e vinte e dois reais).

Análise do alcance dos objetivos e metas

Esta ação avançou com o desenvolvimento da componente gráfica do CNIR, que foi implantado através do Serviço de Certificação de Imóveis Rurais, e está disponível no site do Incra. Foram certificados, até Dezembro de 2005, cerca de 2.700 imóveis rurais neste serviço. O seu desenvolvimento foi executado por técnicos do próprio Incra sem custo adicional para a Autarquia.

Antecedendo a implantação do CNIR, critérios e definições da base comum dependem dos termos acordados entre as diversas instituições partícipes do referido cadastro compartilhado, e nesta linha, sem a necessidade de recursos orçamentários, foi editado a Portaria INCRA/P/nº 465, de 14/10/2005, para integração entre as regras do SNCR e o CNIR; e a Portaria Conjunta MDA/INCRA/nº. 22, de 02/12/2005, para criação do grupo de trabalho interministerial .

6. PROGRAMA: PAZ NO CAMPO

As Ações desse Programa são executadas de forma descentralizada, através da Ouvidoria Agrária Nacional, entidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária para o programa R\$ 2.169.671,00 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e um reais) e suplementação R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) resultando efetivamente em R\$ 2.385.671,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e setenta e um reais) de crédito autorizado. Esse programa recebeu destaque de R\$ 736.370,00 (setecentos e trinta e seis mil e trezentos e setenta reais). Os recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa.

6.1 Ação: Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.

Objetivo: Articular junto a Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não governamentais o atendimento das demandas das famílias acampadas, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para inclusão social e produtiva dessas famílias.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
2.169.671	2.385.671	216.000		2.114.559	2.114.559	89%

Meta Física	Realizado	Execução
Fam. Acamp. Assist.	Fam. Acamp. Assist.	(%)
27.723	222.691	803%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 2.385.671,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e setenta e um reais), foram empenhados e liquidados R\$ 2.114.559,00 (dois milhões, cento e quatorze mil e quinhentos e cinquenta e nove reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 89% e uma execução física de 803 % do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os resultados obtidos deram-se em função das parcerias estabelecidas com os diversos organismos governamentais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Companhia Nacional de Abastecimento, Superintendências Regionais do INCRA e etc.) e não governamentais que propiciaram meios para a prestação de Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.

7. PROGRAMA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária para o programa de R\$ 43.068.394,00 (quarenta e três milhões, sessenta e oito mil e trezentos e noventa e quatro reais) e crédito contingenciado R\$ 6.832.852,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil e oitocentos e cinquenta e dois reais), resultando efetivamente R\$ 36.235.542,00 (trinta e seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil e quinhentos e quarenta e dois reais) de crédito autorizado. Esse programa concedeu destaque, de R\$ 2.760.670,00 (dois milhões, setecentos e sessenta mil e seiscentos e setenta reais). Os recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa.

7.1 Ação: Educação de Jovens e Adultos no Campo

Objetivo: Alfabetizar, escolarizar e formar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não logram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos da matemática sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
14.564.954	14.564.954	-	-	14.546.888	14.546.888	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Trab. Rural. Escolar.	Trab. Rural. Escolar.	(%)
74.166	66.743	90%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 14.564.954,00 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e quatro reais), foram empenhados e liquidados R\$ 14.546.888,00 (quatorze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e oitocentos e oitenta e oito reais) para convênios celebrados entre as Superintendências Regionais e as universidades públicas por meio de suas Fundações de Apoio, Secretarias Estaduais de Educação e Prefeitura Municipal. O montante de R\$ 1.759.579,00 (um milhão setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais) foi concedido destaque orçamentário para a Universidade Federal do Pará - UFPA e a Universidade de Brasília - UNB implantarem cursos de alfabetização de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária por meio de convênios celebrados com o INCRA, resultando na execução orçamentária/financeira de 100% e uma execução física de 90% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A greve das universidades federais atrasou a tramitação dos convênios para a implantação dos projetos, contudo as negociações com as parcerias realizadas nos Estados possibilitaram a execução física de 90% do programado.

7.2 Ação: Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional em Assistência Técnica

Objetivo: Capacitar profissionais egressos da área de ciências agrárias à prestação de uma nova concepção de assistência técnica direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos agricultores familiares.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
3.759.620	3.712.551	-	47.069	3.451.833	3.451.833	93%

Meta Física	Realizado	Execução
Profissionais capac.	Profissionais capac.	(%)
534	534	100%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 3.712.551,00(três milhões, setecentos e doze mil e quinhentos e cinquenta e um reais), foram empenhados e liquidados R\$ 3.451.833,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e três reais) resultando em uma execução orçamentária/financeira de 93% e uma execução física de 100% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

A ação Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional em Assistência Técnica atingiu seus fins, alcançando seu resultado de capacitar 534 profissionais, embora não tendo 100% de execução financeira. Considerando que as modalidades de bolsas são diferenciadas e que várias universidades atrasaram a conclusão dos cursos por motivo de greve, houve a necessidade de readequação dos valores e das modalidades das bolsas oferecidas nos diversos projetos em execução, de forma a assegurar o cumprimento dos objetos dos convênios e a regular aplicação dos recursos.

7.3 Ação: Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Objetivo: Formar profissionais de nível superior de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, para atuarem nas áreas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
9.117.256	5.347.919	-	3.769.337	5.147.895	5.147.895	96%

Meta Física	Realizado	Execução
Profissional Formado	Profissional Formado	(%)
4.000	2.097	52%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 5.347.919,00(cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e dezenove reais), foram empenhados e liquidados R\$ 5.147.895,00 (cinco milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e cinco reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 96% e uma execução física de 52% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

Várias dificuldades impediram o cumprimento da meta física desta ação: O custo aluno/ano estabelecido na LOA ter sido inferior ao praticado pelo PRONERA e pelas universidades; o prazo para tramitação e aprovação dos cursos nas várias instâncias acadêmicas; o longo período de greve nas universidades federais que atrasou ou impossibilitou a celebração dos convênios para implantação dos projetos aprovados pela Comissão Pedagógica Nacional. Mesmo assim, foram implantados novos cursos superiores em várias áreas do conhecimento, principalmente para os jovens e adultos atuarem como professores/educadores do ensino fundamental nas escolas dos assentamentos.

7.4 Ação: Capacitação e Formação de Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Objetivo: Capacitar profissionais de nível médio profissionalizante, com vistas a atender a demanda específica de administrar a produção agropecuária e associações e cooperativas, e para promoção de uma formação consistente, valorizando a identidade sócio - política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
13.234.563	10.378.027	-	2.856.536	9.719.306	9.719.306	94%

Meta Física	Realizado	Execução
Profissional capac.	Profissional capac.	(%)
6.000	5.436	91%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 10.378.027,00(dez milhões, trezentos e setenta e oito mil e vinte e sete reais), foram empenhados e liquidados R\$ 9.719.306,00 (nove milhões setecentos e dezenove mil e trezentos e seis reais). O montante de R\$ 863.537,00 (oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e sete reais) foi concedido destaque orçamentário para a Universidade Federal do Pará - UFPA e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, implantarem cursos de técnicos profissionalizantes para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária por meio de convênios celebrados com o INCRA, perfazendo um total de R\$ 9.719.306,00 (nove milhões setecentos e dezenove mil, trezentos e seis reais), resultando na execução orçamentária/financeira de 94% e uma execução física de 91% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

Embora a execução da meta física desta ação tenha sido inferior a meta estabelecida, consideramos como muito positivo os seus resultados, pois foram iniciados 32 novos cursos técnicos e garantida a continuidade de 40 cursos iniciados em anos anteriores nas áreas de agropecuária, agroecologia, saúde comunitária e normal médio.

7.5 Ação: Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

8. PROGRAMA: BRASIL QUILOMBOLA

Objetivo: Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária para o programa, de R\$ 19.865.563,00 (dezenove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos sessenta e três reais) e crédito contingenciado, de R\$ 15.972.268,00 (quinze milhões, novecentos e setenta e dois mil e duzentos e sessenta e oito reais) e redução de R\$ 1.440.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil reais) resultando efetivamente R\$ 2.453.295,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e duzentos e noventa e cinco reais) em crédito autorizado. Os recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa.

8.1 Ação: Reconhecimento, Demarcação e Titulação de áreas Remanescentes de Quilombos.

Objetivo: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
5.425.216	2.453.295		2.971.921	2.137.826	2.137.826	87%

Meta Física	Realizado	Execução
Comunidade Titulada	Comunidade Titulada	(%)
60	6	10%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

O limite autorizado de R\$ 2.453.295,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e duzentos e noventa e cinco reais), foram empenhados e liquidados R\$ 2.137.826,00 (dois milhões, cento e trinta e sete mil e oitocentos e vinte e seis reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 87% e física de 10% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O processo de regularização das terras das comunidades remanescentes de quilombo é um procedimento que ainda está em fase de sistematização, em razão das dificuldades que lhe são peculiares, tais como a falta de consenso na interpretação/aplicação das normas aplicáveis à matéria, em razão de tratar - se de um direito novo que ainda não está com suas regras claramente definidas, dando azo a dúvidas ou interpretações dúbias.

O próprio procedimento é muito complexo, pois, depois da fase preliminar de levantamento das comunidades e a abertura dos respectivos processos, a elaboração do relatório técnico de identificação, reconhecimento e de limitação do território, desenvolve-se em sete fases, exigindo, inclusive, relatório antropológico, o que, em razão do INCRA não possuir antropólogos em seu quadro de pessoal, contribui para dificultar ainda mais o

alcance das metas, uma vez que estes serviços têm que ser contratados.

Contempla ainda o relatório, informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas e levantamento de cadeia dominial.

O Decreto que atribui ao INCRA a competência para proceder à regularização dessas terras dispõe que o Relatório Técnico de Integração (RTI), deve ser submetido à aprovação de 6 (seis) órgãos distintos e publicado nos DOU e DOE, por duas vezes consecutivas, com um prazo de 90 (noventa) dias para contestação. Além dos órgãos oficiais ainda se faz necessário o entendimento com as próprias comunidades e seus órgãos representativos, tudo isto demanda custos e tempo.

Identificadas as comunidades e reconhecido o seu território, incidindo este em terras particulares o procedimento administrativo para sua regularização, percorrerá uma nova fase objetivando a desapropriação ou aquisição da área. Demandando em desapropriação, uma vez esta proposta, o desenrolar do processo fica a cargo da justiça, levando aí alguns anos para deslinde da questão.

Incidindo sobre áreas de reserva ecológica, faixa de fronteira ou segurança nacional, necessário é o entendimento dos órgãos envolvidos com o fim de conciliar os interesses, o que exige muitos encontros, muitas reuniões o que redundará em gastos e tempo.

Em resumo, o procedimento de regularização das terras das comunidades remanescentes de quilombo é em sua essência moroso e dispendioso, o que atrasa e prejudica o alcance das metas físicas.

8.2 Ação: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.

Objetivo: Pagamento àqueles que realizam benfeitorias nas terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
14.440.347	-	(1.440.000)	13.000.347		-	

Meta Física	Realizado	Execução
Área Indenizada (h a)	Área Indenizada (h a)	(%)
94.530	0	0%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Não houve recurso autorizado para a execução física e financeira.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

Nenhuma área trabalhada implicou em pagamento de indenização uma vez que foi priorizada a execução dos serviços de reconhecimento, demarcação e titulação de comunidades quilombolas localizadas em terras públicas. Esta estratégia foi adotada de forma a acelerar o processo de titulação dessas comunidades, fugindo das demandas judiciais inevitáveis decorrentes dos complexos processos desapropriatórios de terras

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

particulares. Em geral, de um território vistoriado, surgem diversos processos de indenização, a exemplo do território Kalunga (GO), que importa em 12 processos de desapropriação (terras e benfeitorias).

Ressaltamos que em 2005 foram trabalhados e concluídos processos que resultarão em indenização de cerca de 27 territórios para o próximo exercício, que vão exigir suplementação orçamentária em 2006. Estas 27 áreas somadas as 6 áreas tituladas totalizam 33 comunidades em fase final de análise para titulação.

No exercício de 2005 não foi efetivada nenhuma desapropriação em face das dificuldades para conclusão da fase preliminar do processo de regularização das terras quilombolas. O Decreto 4887/03, nos seus artigos 13 e 14, quando autoriza o INCRA a realizar as desapropriações dos imóveis das Comunidades Negras Remanescentes de Quilombos cria, em seu bojo, várias etapas no processo indenizatório antes que se conclua a fase propriamente dita da efetivação do pagamento das indenizações.

9. PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Para o exercício de 2005, a dotação orçamentária para o programa, de R\$ 4.687.638,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais) e crédito contingenciado de R\$ 818,00 (oitocentos e dezoito reais) resultando efetivamente em R\$ 4.686.820,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e oitocentos e vinte reais) em crédito autorizado. Os recursos foram distribuídos nas ações que compõem o programa

9.1 Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Objetivo: promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
2.687.638	2.686.820	-	818	2.287.271	2.287.271	85%

Meta Física	Realizado	Execução
Servidor Capac.	Servidor Capac.	(%)
4.078	3.266	80%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira.

Do limite autorizado de R\$ 2.686.820,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e oitocentos e vinte reais) foram empenhados e liquidados R\$ 2.287.271,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil e duzentos e setenta e um reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 85% e uma execução física de 80% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

Na LOA foi definida a capacitação de 4.078 servidores, no entanto, utilizamos o quantitativo de 3.612 servidores o que corresponde a 70% da força de trabalho ativa, estabelecido como meta no Programa Nacional de Capacitação dos servidores do INCRA/2005. Para tanto, disponibilizamos cerca de 3.000 oportunidades de capacitação ao conjunto de servidores da Autarquia, priorizando ações voltadas para as atividades finalísticas.

Do montante autorizado foram utilizados 85% dos recursos nas ações de desenvolvimento de Recursos Humanos, possibilitando a capacitação de 90% dos servidores em relação à meta física estabelecida no Plano Nacional de Capacitação 2005. Nesse exercício o PNC teve como destaque:

- A criação dos Agentes de T&D e dos pólos de capacitação;
- A descentralização de recursos às Superintendências Regionais e a delegação de competência aos Superintendentes Regionais.
- A realização de atividades específicas envolvendo os Agentes de T&D objetivando o nivelamento e a integração.
- A percepção da necessidade de mudança, do envolvimento mais consistente das Superintendências Regionais e de uma sinalização clara da Direção Central quanto à relevância das ações de capacitação.
- A realização de eventos de caráter nacional sobre temas finalísticos (Cadeia Dominial/Registro Imobiliário e Assistência Técnica) e temas administrativos (Contabilidade);
- A realização de ações desenvolvidas no âmbito de algumas Superintendências Regionais, a partir de iniciativas dessas unidades, objetivando fortalecer o processo de planejamento e gestão com o envolvimento do conjunto de servidores.

Acordos de Empréstimos Internacionais

ACORDO DE EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto - Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), oriundo do Contrato de Empréstimo 1248/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 07 de dezembro de 2000, tem como objetivo desenvolver e implantar um sistema de consolidação que permita aos assentamentos alcançarem sua independência com relação ao apoio do INCRA. Atualmente encontra-se tramitando na Secretaria do Tesouro Nacional a prorrogação do Contrato até 07 de dezembro de 2007.

Para o exercício de 2005, o orçamento aprovado na LOA foi da ordem de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). No entanto, em função das restrições orçamentárias em nível nacional, R\$ 4.904.359,00 (quatro milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove reais) foram contingenciados, restando créditos autorizados no valor de R\$ 25.095.641,00 (vinte e cinco milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais). Destes, foram empenhados R\$ 24.351.703,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e três reais), que representa 97% do orçamento autorizado. Da mesma forma, em função das restrições financeiras do total recebido em limite financeiro, foi possível pagar R\$ 23.599.500,29 (vinte e três milhões quinhentos e noventa e nove mil e quinhentos reais e vinte e nove centavos) sendo R\$ 8.567.377,27 (oito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos) relativos aos empenhos de 2004 inscritos em restos a pagar e R\$ 15.032.123,02 (quinze milhões, trinta e dois mil, cento e vinte e três reais e dois centavos) relativos a empenhos do exercício de 2005.

Do total empenhado em 2005, o Programa aplicou o montante de R\$ 21.230.552,00 (vinte e um milhões, duzentos e trinta mil e quinhentos e cinquenta e dois reais) em ações finalísticas, creditando recursos aos assentados através de convênios para a execução de ações de infra-estrutura produtiva e social de R\$ 17.079.022,22 (dezessete milhões, setenta e nove mil, e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), equipamentos de R\$ 582.534,97 (quinhentos e oitenta e dois mil, e quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), assistência técnica de R\$ 3.070.267,64 (três milhões, setenta mil, e duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) e capacitação de R\$ 512.747,17 (quinhentos e doze mil, e setecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), . Outros R\$ 3.121.151,00 (três milhões, cento e vinte e um mil, cento e cinquenta e um reais) foram aplicados na elaboração de Planos de Consolidação de Assentamentos, na operacionalização do Programa e no Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO DOS PCAS, PAS E FAMÍLIAS EM RELAÇÃO À META.
Dezembro de 2005

UF	Total de Gerais PCAs (Meta)	Total de Gerais PCAs Conveniados	Total de Gerais PAS (Meta)	Total de Gerais PAS Conveniados	Total de Gerais Famílias (Meta)	Total de Gerais Famílias PAS conveniados
MS	8	8	9	9	1.898	1.898
MT	10	10	17	17	2.471	2.471
MG	11	10	12	11	935	697
RN	14	14	13	13	1.416	1.416
MA	5	1	6	1	1.035	350
PR	5	4	6	5	1.880	1.276
RS	7	7	11	11	845	845
SE	1	0	1	0	846	0
TOTAL	61	54	75	67	11.326	8.953

FONTE: PAC/PRESIDÊNCIA DO INCRA

ENTRAVES NA GESTÃO DO PAC EM 2005

- Reduzido corpo técnico do Programa para implementação do mesmo e dificuldades de contratação de pessoal em função de questionamentos da auditoria;
- Tempo de permanência para análise dos processos de convênio e contratos na Procuradoria Jurídica
- Tempo de permanência para análise da prestação de contas dos convênios nas SRs.
- Paralisação do processo de licitação internacional para estudos da região amazônica.
- Indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros em tempo hábil de acordo com o plano de trabalho firmado nos convênios.
- Baixa internalização do Programa pela Instituição em função da visão distorcida quanto aos objetivos, metas e metodologia do PAC.

AVANÇOS NA GESTÃO DO PAC EM 2005

- Efetivação de 17 Convênios em 2005, totalizando atualmente 54 Planos, correspondente a 67 assentamentos e 8.953 famílias diretamente atendidas, comprometendo com estes cerca de R\$ 115 milhões;
- Prorrogação do Contrato de Empréstimo para dezembro de 2007;
- Contratação de 75 técnicos para ação junto às equipes de ATES nos assentamentos trabalhados pelo PAC, perfazendo um total de 115 profissionais ligados a estas equipes de ATES;
- Finalização do sistema de monitoramento do Programa e iniciação da fase final de testes, com aplicação a campo de cerca de 2.500 Perfis de Entrada, que possibilitar a geração de indicadores consistentes de desenvolvimento dos assentamentos;
- Construção de 163,97 km de estradas; 210,91 km de rede de energia elétrica implementada, com outras 275 famílias atendidas em ações de adequação de rede, substituição de transformadores, troca de cabos, etc.; instalação/ reforma de 1.066 módulos sanitários; melhoria habitacional em 543 casas; implantação de 8,8 km de rede de abastecimento de água, beneficiando 528 famílias;

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

abertura e recuperação de 486 fontes de água; perfuração de 4 poços artesianos e implantação de 87 mini-poços; construção de 210 cisternas; construção/reforma de 11 escolas e construção/reforma de 6 brinquedotecas; construção/reforma de 26 Centros Comunitários; correção de 6.486,80 ha. de solo com calcário e fosfato; proteção e conservação de 1.124,00 ha. de solos; construção de 1 agroindústria; construção/reforma de 4 galpões/armazéns; implantação de 20,00 ha. Sistemas Agroflorestais; reflorestamento de 192,50 ha. de reservas e lotes; e cercamento de 18,00 km de reservas.

- Empenho de 97% dos recursos liberados ao Programa.

Programas Operacionais

11. PROGRAMA: APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: O objetivo do programa é prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão dos seus programas finalísticos.

11.1 Ação: Administração da Unidade

Essa ação constitui um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias integrantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Agrega todas as despesas destinadas ao Apoio e Suporte das atividades, serviços técnicos e administrativos, de transportes, manutenção de equipamentos, frotas de veículos, as atividades referentes à manutenção e conservação de imóveis, destacando - se os pagamentos relativos a serviços terceirizados de limpeza e vigilância, taxas condominiais e pequenas reformas, passagens, diárias, telefonia próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Órgãos da Administração Federal.

Demonstração financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
60.899.303	63.899.303	3.000.000	-	62.307.656	62.307.656	98%

Avaliação dos resultados da execução financeira

Do limite autorizado de R\$ 63.899.303,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e noventa e nove mil e trezentos e três reais), foram empenhados e liquidados R\$ 62.307.656,00 (sessenta e dois milhões, trezentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), resultando em uma aplicação de 98% dos recursos orçamentários/financeiros.

A Ação Administração da Unidade agrega todas as despesas com a manutenção da máquina administrativa do Órgão. Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 2005 não foram suficientes para o cumprimento das metas estabelecidas.

Foi concedido crédito suplementar para complementação das despesas destinadas ao apoio e suporte das atividades e serviços técnicos e administrativos da Ação "Administração da Unidade". O crédito suplementar foi liberado no mês de novembro de 2005, resultando em dificuldades para algumas Superintendências Regionais em executar os recursos orçamentários, devido ao espaço de tempo para desenvolver os procedimentos licitatórios e contratação de bens e/ou serviços, ocasionando a não aplicação integral daqueles recursos, na ordem de R\$ 1.591 mil.

11.2 Ação: Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais

Objetivo: Tem como finalidade assegurar o pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança dos servidores públicos federais, além de encargos sociais incidentes.

Demonstrativo de execução financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
176.656.646	234.738.520	58.081.874	-	234.735.645	234.735.645	100%

Meta Física	Realizado	Execução
		(%)
5.699	5.699	100%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 234.738.520,00(duzentos e trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e oito mil, e quinhentos e vinte reais), foram empenhados e liquidados R\$ 234.735.645,00(duzentos e trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, e seiscentos e quarenta e cinco reais), resultando em uma aplicação de 100% dos recursos orçamentários/financeiros e uma execução física de 100%.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 2005 não foram suficientes para atender as despesas até o final do exercício de 2005, com folha de pagamento normal e processos relativos a sentenças judiciais de incorporações de vantagens e planos econômicos com trânsito julgado.

Foi concedido crédito suplementar em dezembro de 2005, destinados a complementação das despesas acima mencionadas.

Devido a suspensão por parte do Poder Judiciário, alguns processos judiciais deixaram de ser atendidos, resultando na execução orçamentária efetiva inferior ao valor inicialmente programado.

No valor informado na coluna de liquidado de R\$ 234.735.645,00, está incluído o saldo de "Restos a Pagar" no valor de R\$ 5.807.689,05.

11.3 Ação: - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Objetivo: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
14.453.887	14.843.740	389.853	-	14.843.740	14.843.740	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Pessoa Beneficiada	Pessoa Beneficiada	(%)
51.541	32.966	64%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado, R\$ 14.843.740,00 (Quatorze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e quarenta reais), foram empenhados e liquidados R\$ 14.843.740,00 (Quatorze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e quarenta reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 100% e uma execução física de 64% do programado, conforme demonstrativo acima.

O prazo de vigência do Convênio CRT/DF/30.001/99, foi de 5 (cinco) anos, com término em 31/05/2004, tendo sido prorrogado por 1 (um ano), em caráter excepcional, com fundamento no parágrafo quarto do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993, com redação dada pela Lei nº. 9.648, de 1998, portanto, expirou em 31/05/05.

Foi proposto o 10º, 11º e 12º termo Aditivo ao Convênio CRT/DF/30.001/99, celebrado com este Instituto em 25/05/99, objetivando assegurar o aporte de recursos orçamentários para o Programa de Assistência ao Servidor, correspondente a 5/12 (cinco doze avos), no valor de R\$ 6.022.452,91 (seis milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos), para o período de 1º janeiro a 31 de maio de 2005.

Do limite autorizado na Lei nº. 11.100, de 25/01/2005 (Lei Orçamentária Anual), correspondente a 5/12 (cinco doze avos), no valor de R\$ R\$ 6.022.452,91 (seis milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos), houve execução orçamentária/financeira de 100% e física de 64%, correspondente a 32.791 servidores ativos, aposentados e seus dependentes diretos.

Foi firmado o Convênio CRT/DF/53.100/2005, celebrado com este Instituto, em 1º de janeiro de 2005, publicado no D.O.U. de 10/06/2005, com vigência de 31 (trinta e um) meses, período de 1º/06/2005 a 31/12/2007, objetivando assegurar a continuidade do Programa de Assistência ao Servidor.

Do limite autorizado pela Lei nº. 11.100, de 25/01/2005, correspondente a 7/12 (sete doze avos), no valor de R\$ 8.431.434,09 (oito milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e nove centavos), para o período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2005, houve execução orçamentária/financeira de 100%.

Foi proposto o 1º termo aditivo ao Convênio CRT/DF/53.100/2005, em decorrência de aprovação de Crédito Suplementar, conforme Decreto de 16 de novembro de 2005, publicado no D.O.U. de 17/11/05, no valor de R\$ 389.853,00 (trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta e três reais).

Análise do alcance dos objetivos e metas

O quantitativo físico constante na Lei Orçamentária Anual – LOA, mostra 51.541 servidores ativos, aposentados e dependentes diretos, baseado no disposto na EM Interministerial nº. 56/MPO/MF/MARE, de 11 de novembro de 1997, que estabeleceu aos órgãos e entidades do Poder Executivo, o limite no orçamento, calculado ao custo mensal equivalente a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

Em decorrência de falta de regulamentação específica sobre a matéria, foi alterado o valor per-capta de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), nos órgãos e entidades do Poder Executivo em virtude dos reajustes nos custos médios na prestação dos serviços médicos e odontológicos.

11.4 Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Objetivo: Oferecer aos empregados e servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
1.141.152	1.141.152	-	-	1.141.152	1.141.152	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Crian. 0 a 6 Anos Atend.	Crian. 0 a 6 Anos Atend.	(%)
1.057	755	71%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 1.141.152,00 (um milhão, cento e quarenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais), foram empenhados e liquidados R\$ 1.141.152,00 (um milhão, cento e quarenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 100% e uma execução física de 71% do programado, conforme demonstrativo acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O quantitativo físico realizado no exercício de 2005, foi inferior ao programado, em virtude dos dependentes completarem 7 (sete) anos de idade, com base no que dispõe o Decreto nº. 977, de 10/11/93.

11.5 Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Objetivo: Assegurar aos servidores e empregados benefício de auxílio transporte para deslocamento de suas residência para os locais de trabalho e vice - versa, de acordo com a lei 7418/85 e alterações e Medida Provisória nº. 2.165-36, de 23 agosto de 2001.

Demonstração física/financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
6.076.444	6.076.444	-	-	6.076.444	6.076.444	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Serv. Beneficiado	Serv. Beneficiado	(%)
3.684	3.820	104%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 6.076.444,00 (seis milhões, setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), foram empenhados e liquidados R\$ 6.076.444,00 (seis milhões, setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 100% e execução física de 104% do programado.

Análise do alcance dos objetivos e metas

O quantitativo físico realizado no exercício de 2005 foi superior ao programado, em virtude do ingresso de novos servidores do Concurso Público – Edital INCRA/SA/nº 01, de 15/03/04, publicado no D.O.U. de 16/03/2004.

11.6 Ação: Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Objetivo: Concessão de auxílio alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
10.932.036	10.932.036	-	-	10.932.036	10.932.036	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Serv. Beneficiado	Serv. Beneficiado	(%)
5.264	5.431	103%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado de R\$ 10.932.036,00 (dez milhões novecentos e trinta e dois mil e trinta e seis reais) foram empenhados e liquidados R\$ 10.932.036,00 (dez milhões novecentos e trinta e dois mil e trinta e seis reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 100% e uma execução física de 103% do programado, conforme demonstrativos acima.

Análise do alcance dos objetivos e metas.

O quantitativo físico realizado no exercício de 2005 foi superior ao programado, em virtude do ingresso de novos servidores do Concurso Público – Edital INCRA/SA/nº 01, de 15/03/04, publicado no D.O.U. de 16/03/2004.

Programa de Ações Especiais

12. CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

12.1 Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Objetivo: Atende as despesas com cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações via destaque orçamentário aos Tribunais.

Demonstração financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Destaque	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=e/b)
76.396.447	72.876.143	(3.520.304)	-	72.876.143	-	100%

As dotações de crédito orçamentário e as liberações dos recursos financeiros, destinados ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na Lei de Orçamento Anual e em créditos adicionais são integralmente descentralizados de forma automática pelo Órgão Central do Sistema Administração Financeira Federal – SIAFI, imediatamente após a publicação da LOA e seus créditos, aos Tribunais que proferirem as decisões exequêndas.

13. SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)

13.1 Ação: Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Objetivo: Atende as despesas com Amortização do acordo de empréstimo BIRD e FIDA.

Demonstração financeira.

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
41.495.182	41.495.182	-	-	26.618.361	26.618.361	64%

Avaliação dos resultados da execução financeira

Do limite autorizado R\$ 41.495.182,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e cento e oitenta e dois reais) foram empenhados e liquidados R\$ 26.618.361,00 (vinte e seis milhões seiscentos e dezoito mil e trezentos e sessenta e um reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 64%.

A diferença verificada entre o valor contemplado na LOA 2005 e o efetivamente executado decorreu da variação cambial favorável ao País em relação ao projetado em 2004.

14. PROGRAMA: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.

14.1 Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

Objetivo: Atender as despesas com pagamento de remuneração de pessoal inativo e pensionista da União e encargos sociais.

Demonstração física/financeira

Loa	Autorizado	Acréscimo/ Redução	Crédito Contido	Empenhado	Liquidado	% Executado
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(d)	R\$(e)	R\$(f)	(g=f/b)
187.154.557	228.661.823	41.507.266	-	228.655.726	228.655.726	100%

Meta Física	Realizado	Execução
Pessoa Benef.	Pessoa Benef.	(%)
5.519	5.519	100%

Avaliação dos resultados da execução física/financeira

Do limite autorizado R\$ 228.661.823,00 (duzentos e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil e oitocentos e vinte e três reais) foram empenhados e liquidados R\$ 228.655.726,00 (duzentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e vinte e seis reais), resultando em uma execução orçamentária/financeira de 100% e uma execução física de 100% do programado, conforme demonstrativos acima.

Outras Ações

Ações de Meio Ambiente

15. AÇÕES DE MEIO AMBIENTE

15.1 Ações previstas no termo de compromisso de ajustamento de conduta - TAC

- Levantamento preliminar de dados dos Projetos de Assentamento – PA:

- Implementação do Formulário de Coleta de Dados Ambientais;
- Disponibilização do Módulo Ambiental do SIPRA para alimentação e sistematização dos dados ambientais coletados.

15.2 Adequação das normas de licenciamento ambiental dos PA:

- Apresentação ao CONAMA de proposta de alteração da Resolução/CONAMA/Nº. 289/01, com a inclusão de um roteiro mínimo para licenciamento dos Projetos de Assentamento criados antes da edição da citada Resolução;
- Levantamento das informações acerca do Licenciamento Ambiental dos Assentamentos de Reforma Agrária junto às Superintendências Regionais do INCRA e aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, por meio de visitas técnicas realizadas às Superintendências Regionais e a alguns Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, pelos técnicos do INCRA/SEDE.
- Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, por intermédio da sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA/MMA, no período de 19 a 23 de setembro de 2005. Com os resultados obtidos durante o Seminário, associados aos dados do “Levantamento da Situação do Licenciamento Ambiental dos Assentamentos nos OEMAs – 2005”, a SQA/MMA produziu o “Relatório sobre a Aplicação da Resolução CONAMA 289/2001 – diretrizes para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária”, encaminhando à Diretoria do CONAMA em novembro de 2005, que tem por objetivo subsidiar a Plenária do CONAMA possa avaliar a aplicação da Resolução 289/2001, conforme estabelecido em seu Artigo 15: “A aplicação desta Resolução será avaliada pelo Plenário do CONAMA um ano após sua publicação, devendo ser adotados pela Secretaria-Executiva do CONAMA os procedimentos necessários ao efetivo cumprimento do disposto neste artigo”.

15.3 Negociação de Acordos, Convênios e Termos de Cooperação entre os compromissados ou entre eles e os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, para viabilizar isenção de taxas e emolumentos, diminuir custos gerais e acelerar trâmites dos licenciamentos:

As Superintendências Regionais do INCRA vêm desenvolvendo Convênios, Termos de Cooperação, de Compromisso e de Ajustamento de Conduta Estadual com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e outras entidades com o intuito de promover a regularização ambiental, a reorientação da atividade agrícola em busca de sustentabilidade e a promoção do licenciamento ambiental dos assentamentos.

15.4 Discussão acerca da elaboração de Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e/ou Plano de Recuperação do Assentamento – PRA para aqueles que não os possuem:

Durante o período de setembro e outubro de 2005 aconteceram os Encontros Regionais de ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental, onde foram discutidos os instrumentos como o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), o Manual de Orientação de ATES, o monitoramento e a formação das equipes de ATES. A questão ambiental e as alterações do PRA – baseada nos resultados do Seminário Nacional de Licenciamento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária – foram amplamente discutidas. Esses instrumentos são utilizados na obtenção das licenças; portanto, pode-se considerar esses encontros como um avanço no processo de licenciamento.

15.5 Edição das Normas de Execução Nº. 43 e 44 de 2005, que tratam da alocação de recursos para recuperação de áreas degradadas e o roteiro que disciplinara sua utilização:

As Normas de Execução Nº. 43 e 44 de 2005 foram editadas e algumas Superintendências já estão analisando projetos de recuperação, enviados por associações, universidades e outras instituições. Os recursos previstos na NE/Nº. 44/05 são da ordem de R\$ 1.000,00 por família e deverão ser aplicados em ações específicas de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais, tais como Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e Conservação de Solos.

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

15.6 Ingresso com solicitações de Licenciamento Ambiental:

UNIDADE	QUANTIDADE DE LICENÇAS				VALOR DAS TAXAS	LICENCIAMENTO	
	LP SOLICITADA	LP EXPEDIDA	LIO SOLICITADA	LIO EXPEDIDA	(R\$)	LP	LIO
SR 01/PA	4	0	0	0	INDEFINIDO	RAF	P.B
SR 02/CE	141	59	0	0	ISENTO	RAS	RAS/P.B
SR 03/PE	57	49	4	4	ATÉ 2.400,00	RVA	P.B
SR 04/GO	21	7	7	0	ISENTO CONF. TAC	RVA	P.B
SR 05/BA	139	0	0	0	ATÉ 500,00	RAF	PDA+PRA
SR 06/MG	30	27	64*	42*			
SR 07/RJ	23	1	0	0	ATÉ 4.000,00	RVA	-
SE 08/SP	15	0	0	0	ISENTO	RVA	-
SR 09/PR	73	6	4	3	ISENTO	RAF	PRA COMO P.B
SR 10/SC	10	0	0	0	ATÉ 2.422,00	RAF	P.B
SR 11/RS	2	0	13	0	ATÉ 2.000,00	RVA	P.B
SR 12/MA	109	0	0	0	INDEFINIDO	RAF	
SR 13/MT	0	0	05 (LAU)	1	ISENTO	-	DOC. PRÓPRIO DO OEMA
SR 14/AC	4	1	3	1	-	-	-
SR 15/AM	27	1	5	3	-	-	-
SR 16/MS	36	19	1	1	ISENTO	RAF	P.B
SR 17/RO	13	6	9	0	ATÉ 3.800,00	RVA	P.B
SR 18/PB	32	20	13	6	ATÉ 1.900,00	RVA	RAS
SR 19/RN	15	1	38	1	-	-	-
SR 20/ES	31	0	0	0	ATÉ 10.700,00	RAF	PDA
SR 21/AP	0	0	4	1	INDEFINIDO	RAF	PDA
SR 22/AL	23	0	0	0	INDEFINIDO	RAF	PDA/PRA
SR 23/SE	62	0	0	0	ATÉ 1.260,00	RAF	RAS/PDA
SR 24/PI	85	2	30	19	ATÉ 15.000,00	RVA	RAS
SR 25/RR	6	2	0	0	ATÉ 530,00	RVA	-
SR 26/TO	30	0	0	0	ATÉ 2.000,00	RVA	P.B
SR 27/MB	29	0	26	0	INDEFINIDO	RAF	P.B
SR 28/DF	28	12	0	0	-	-	-
SR 29/MF	21	0	5	0	ATÉ 2.400,00	RAF	PDA
SR-30/E	0	0	0	0	-	-	-
SUB-TOTAL	1066	213	231	82	-	-	-

15.7 Parcerias:

I) Ministério do Meio Ambiente:

- Projeto Nacional de Gestão Ambiental Rural - GESTAR

O objetivo principal do GESTAR é o de promover o desenvolvimento rural sustentado com um conjunto de instrumentos metodológicos de gestão, implementados de modo sistêmico e integrado, visando a melhoria da qualidade ambiental e de vida nos assentamentos humanos no meio rural. O GESTAR está estruturado com estratégias que instalam um processo sistêmico de gestão ambiental, com uma visão holística, em que a sustentabilidade está assentada em uma arquitetura de engajamento das comunidades na busca da melhoria da qualidade de vida, em uma perspectiva de esforço continuado e dinâmico, devidamente instrumentalizado. O GESTAR atua em assentamentos rurais nas seguintes áreas:

- Portal do Amazonas (MT) com abrangência em 16 municípios;
- Araguaia (MT) com abrangência em 15 municípios;
- BR 163 (PA) com abrangência em 7 municípios;
- Baixo Amazonas com abrangência em 4 municípios.

- Módulos demonstrativos de recuperação de áreas degradadas de cerrado com espécies nativas de uso múltiplo – MDR

Os MDR's são unidades de plantio onde, em um espaçamento determinado, são plantadas e cultivadas uma variedade de espécies arbóreas do Cerrado, conhecidas como de uso múltiplo, por gerarem mais de um benefício aos povos do Cerrado. Com a implantação dos MDR, ocorre a recuperação e conservação do Cerrado, ao mesmo tempo em que se recebe o benefício gerado com o plantio. Através da parceria INCRA, MMA, EMBRAPA, UNB e Rede de Sementes do Cerrado, os MDR serão implantados em alguns assentamentos; dessa forma recupera-se a Reserva Legal que é uma condicionante na obtenção do licenciamento. O trabalho iniciou-se com a seleção dos Projetos de Assentamento Papamel e Santa Marta, localizados em Unaí.

- PDA/PADEQ

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o PDA é parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e tem como objetivo contribuir para a preservação e a conservação da Amazônia, da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados e apoiar o desenvolvimento sustentável dessas regiões a partir da participação e das contribuições das populações locais. O PADEQ – Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas - é um novo componente do PDA e apóia projetos em seis estados da Amazônia Legal: Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Amazonas, com estratégias claras de alternativas ao desmatamento e às queimadas. O público dessa iniciativa é, prioritariamente, o pequeno produtor rural organizado em associações, sindicatos e cooperativas; organizações não governamentais de assessoria

a este público, entre outros.

- Programa de Desenvolvimento sócio-ambiental da produção famílias Rural – PROAMBIENTE

O PROAMBIENTE é desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em assentamentos da Reforma Agrária. É um Programa do Governo Federal alocado na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável - SDS/MMA, oriundo da discussão dos movimentos sociais rurais da Amazônia Legal sobre a necessidade de se superar a dicotomia entre produção rural e conservação ambiental. Uma das grandes inovações do PROAMBIENTE é a proposição da remuneração de serviços ambientais para compensar a cobertura dos custos de oportunidades para mudanças qualitativas de uso da terra, focando em sistemas de produção identificados com as especificidades de cada bioma.

II) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

- Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - PROMANEJO

O objetivo principal do PROMANEJO é fomentar o desenvolvimento e a adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na região, com ênfase na exploração de produtos madeireiros. Incentiva atividades que vão garantir geração de renda e melhoria das condições de vida para a população, associadas à conservação da natureza. O manejo florestal considera e respeita os mecanismos de sustentação dos ecossistemas, o que garante a disponibilidade contínua dos recursos naturais ao longo dos anos. O INCRA e o IBAMA formaram uma parceria para realizar o manejo comunitário em assentamentos, e, conseqüentemente, conservação dos recursos naturais.

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

A EMBRAPA vem trabalhando em assentamentos do INCRA através da implantação de pesquisas participativas com enfoque no desenvolvimento de projetos na linha agroecológica e no estabelecimento de sistemas agroflorestais. Esses trabalhos são importantes, uma vez que a Agroecologia é umas das ciências interdisciplinares, diversas e multifacetária e o fomento desta tecnologia é de suma importância para enfrentarmos o desafio de trabalhar a diversidade, de superar conflitos e de crescer rumo a uma proposta coletiva nos assentamentos da Reforma Agrária.

15.8 Coordenação do Meio Ambiente do INCRA:

A nova estrutura do INCRA, que está em estudo no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG vincula a futura Coordenação de Meio Ambiente e recursos Naturais à Diretoria de Assentamento. Enquanto a estrutura ainda não é aprovada, foi estabelecido o Núcleo Ambiental na Coordenação Geral Técnica – SDT;

Planejamento

16. AÇÕES DE PLANEJAMENTO

16.1 REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL

Em 2005, o INCRA procedeu à revisão do Plano Plurianual 2004/2007, incluindo ações, aprimorando seus atributos, incluindo/excluindo indicadores, alterando índices, com o intuito de melhor aferir os resultados dos programas, proporcionando com isso maior visibilidade dos serviços prestados.

As alterações ocorridas foram as seguintes:

0135 – Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Clareza e objetividade na descrição da Ação 4296 - Projetos de Assentamento e Implantação

0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Foram melhorados os descritores de algumas ações do programa, destacando-se a inclusão da Ação “2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de assentamento de Reforma Agrária”, que visa proporcionar a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados até 2002.

0138 – Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

Foram alterados os indicadores e respectivos índices, com o objetivo de melhor aferir os resultados sobre o público-alvo que passa a contemplar, estrangeiros detentores a qualquer título de imóveis rurais, com a conseqüente alteração da descrição da ação. Além disso, criou-se a ação de “Gestão e Administração do Programa”, pela necessidade de não comprometer os recursos destinados às ações finalísticas.

16.2 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

No ano de 2005 o INCRA deu continuidade à implementação das ações de Modernização Tecnológica, em conformidade com a proposta prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados – (PDTIC), onde se destacam as seguintes:

- Implantação e ampliação de novos links de comunicação de dados (Contrato INCRA/EMBRATEL) com suporte a novas tecnologias de voz, dados e imagens, para ativação de 61 pontos de rede (Sede, SR e 30 UA)
- Ampliação dos links de comunicação das SR de 512 Kbps para 1024 Kbps
- Atualização do sistema de segurança de Rede (Firewall)
- Treinamento dos administradores de rede das Superintendências Regionais
- Capacitação em Tecnologia da Informação, envolvendo 150 pessoas.
- Migração para Software Livre do Serviço de Correio Eletrônico, com economia de R\$ 2,6 milhões.
- Atualização da plataforma de Sistema Operacional da Sede, Regionais e Unidades Avançadas.
- Implementação de nova estrutura de segurança na Rede

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

- Migração para Software Livre dos serviços de resolução de nomes (DNS) e serviços web das SR
- Contratação de empresa especializada para reforma da Sala de Segurança dos Servidores de Rede
- Certificação da rede lógica da sede

As aquisições em 2005 representaram um importante passo no projeto de modernização do parque tecnológico, uma vez que foram adquiridos equipamentos em número expressivo e com características técnicas adequadas para operar em ambiente integrado, no qual o órgão vem buscando implementar desde o ano de 2003. Destacam-se as seguintes aquisições que foram efetuadas para suprir a Sede e Superintendências Regionais:

- 800 microcomputadores, dos quais 151 foram distribuídos para a Sede e 649 para as SRs.;
- 67 servidores de rede, dos quais 13 foram distribuídos para a Sede e 54 para as SRs.;
- 89 notebooks, dos quais 8 foram distribuídos para a Sede e 81 para as SRs.;
- 70 impressoras laser, das quais 14 foram distribuídas para a Sede e 56 para as SRs. O órgão tem a diretriz de desestimular a utilização de impressoras tipo jato de tinta, que tem custo de manutenção elevado e incentivar o uso de impressoras tipo laser; e
- 38 switch, dos quais 4 foram distribuídos para a Sede e 34 para as SRs.

16.3 - MONITARAMENTO

No ano de 2005, considerando a necessidade de se dotar a Direção do INCRA de informações gerenciais no sentido de qualificar o processo decisório, bem como responder solicitações advindas dos organismos de controle e de outras esferas públicas, o INCRA implementou plano de monitoria dos programas e ações desenvolvidas no âmbito de cada Superintendência Regional, visando o acompanhamento das ações relativas aos exercícios de 2003 , 2004 e 2005 contendo os seguinte objetivos:

- controle das realizações da Autarquia;
- consolidação das informações;
- possibilitar o rápido atendimento das demandas realizadas por diferentes organismos públicos e privados;
- ter transparência no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Autarquia.

A partir deste evento houve resgate da memória do conjunto das ações desenvolvidas pela instituição e mesma passou a dispor de relatórios descritivos e temáticos de periodicidade mensal, de todas as realizações referentes às ações executadas.

Cartões de Crédito

Demonstrativo sintético com série histórica dos valores gastos com cartões de credito

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

Unidade Gestora Executora			2003	2004	2005		
			Saque Cartão de Crédito	Saque Cartão de Crédito	Cartão de Pagamento Do Gov. Federal	Fatura Cartão de Pagamento. Gov. Federal	Total 2005
373030	373030	SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARA- INCRA/SR-01	0,00	284.151,00	332.818,00	0,00	332.818,00
373080	373080	SUPERINTEND. ESTADUAL DE GOIAS- INCRA/SR-04	0,00	75.359,00	323.785,22	0,00	323.785,22
373055	373055	SUPERINTEND. ESTADUAL DE M.GERAIS- INCRA/SR-06	0,00	0,00	147.458,00	10.047,31	157.505,31
373067	373067	SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARANA- INCRA/SR-09	31.308,75	162.682,46	83.619,00	150.342,79	233.961,79
373072	373072	SUPERINT. ESTADUAL DO R.G.DO SUL- INCRA/SR-11	445,32	40.097,38	99.294,00	7.542,23	106.836,23
373015	373015	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ACRE-INCRA/SR-14	0,00	4.000,00	41.390,00	2.000,00	43.390,00
373058	373058	SUPERINT. ESTADUAL DE MGDO SUL- INCRA/SR-16	0,00	11.000,00	78.385,00	95.221,99	173.606,99
373082	373082	SUPERINT. REGIONAL DE RONDONIA-SR- INCRA /17/RO	0,00	5.940,00	10.750,00	0,00	10.750,00
373046	373046	SUPERINTEND. ESTADUAL DOR. G.NORTE INCRA /SR-19	0,00	0,00	8.775,00	0,00	8.775,00
373057	373057	SUPERINTEND. ESTADUAL DO E. SANTO- INCRA/SR-20	3.376,06	18.847,85	18.286,00	4.390,20	22.676,20
373039	373039	SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA- INCRA/SR-21	0,00	0,00	17.550,00	0,00	17.550,00
373052	373052	SUPERINTEND. ESTADUAL DE SERGIPE INCRA /SR-23	0,00	0,00	0,00	392,04	392,04
373044	373044	SUPERINTEND. ESTADUAL DO PIAUI- INCRA/SR-24	0,00	74.824,00	226.018,00	0,00	226.018,00
373085	373085	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26	0,00	20.385,00	144.505,87	0,00	144.505,87
133080	133080	SUPERINT. REG. DO SUL DO PARA INCRA /SR-27	0,00	0,00	8.025,00	0,00	8.025,00
133088	133088	SUPERINT. REG. DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO /SR-28	6.210,00	67.595,82	91.670,00	0,00	91.670,00
373083	373083	DIV.EXECUTIVA DE FINANÇAS-DAF.2 INCRA-SEDE/DF	0,00	13.317,00	11.667,00	6.817,63	18.484,63
373030	373030	SUPERINTEND. ESTADUAL DO PARA- INCRA/SR-01	0,00	284.151,00	332.818,00	0,00	332.818,00
Total:			41.340,13	778.199,51	1.655.814,09	276.754,19	1.932.568,28

*Demonstrativo Orçamentário/Financeiro
Por Programas e Ações - Global*

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA



SIAFI

Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

R1- Global INCRA

Execução Orçamentaria e Financeira GLOBAL INCRA

Exercício: 2005

Base: 24-JAN-2006

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO
Órgão da UG Executora 22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

Programa	Projeto/Atividade	Item de Informação						
		Originário do OGU	Suplementação Acrescimo	Suplementação Redução	Crédito Contingenciado	Limite Autorizado	Destaque Recebido	Destaque Concedido
0089	0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	187.154.557,00	41.507.266,00			228.661.823,00		
0135	0062 CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMP	888.145.000,00	0,00	-432.460.000,00		455.685.000,00		
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	18.927.840,00	1.180.000,00			20.107.840,00		
	4274 ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS	11.136.034,00	800.000,00			11.936.034,00		
	4296 PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL EM IMPLANTACAO	143.570.600,00			4.956.151,93	138.614.448,07		1.648.730,19
	4460 OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA	754.797.646,00			86.114.255,32	668.683.390,68		
	4464 ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - IMPLANTACA	56.917.889,00			12.061.990,28	44.855.898,72		
	4641 PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3.000.000,00				3.000.000,00		3.000.000,00
	86AK OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA (CREDITO EXT		700.000.000,00			700.000.000,00		
0137	0427 CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS - RECUPERACAO	549.337.000,00	0,00	-267.540.000,00		281.797.000,00		
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	11.008.518,00	800.000,00			11.808.518,00		
	4312 RECUPERACAO, QUALIFICACAO E EMANCIPACAO DE PROJETOS DE ASSEN	75.476.513,00			7.534.846,09	67.941.666,91		103.342,80
	4320 FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO, A COMERCIALIZACAO E A ATIVID	10.046.086,00			434.017,98	9.612.068,02		252.276,00
	4358 TITULACAO, CONCESSAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS	6.401.976,00	0,00	-640.000,00	377.975,60	5.384.000,40		
	4470 ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACA	95.571.622,00			9.490.921,40	86.080.700,60		729.930,00
	5158 CONSOLIDACAO E EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRAR	30.000.000,00			4.904.359,35	25.095.640,65		199.151,00
0138	2105 GERENCIAMENTO E FISCALIZACAO DO CADASTRO RURAL	38.434.688,00	0,00	-605.853,00	9.442.220,60	28.386.614,40		1.287.122,62
	2110 REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS	10.294.846,00	0,00	-1.000.000,00	411.360,55	8.883.485,45		
	2114 SISTEMA DE CADASTRO RURAL	7.100.000,00			650,00	7.099.350,00		
	4426 GEORREFERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS	27.678.300,00	0,00	-2.700.000,00	9.431.552,00	15.546.748,00		1.287.972,88
	5148 IMPLANTACAO DO CADASTRO NACIONAL DE IMOVEIS RURAIS - CNIR	392.722,00			392.722,00			
0139	12CZ REPAROS E ADAPTACOES NO EDIFICIO SEDE DO INCRA	2.000.000,00				2.000.000,00		
	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						3.453,13	
	4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	2.687.638,00			818,30	2.686.819,70		
0580	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						413.456,92	
0750	09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	32.069.789,00	14.787.937,00			46.857.726,00		

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

R1- Global INCRA

Execução Orçamentária e Financeira GLOBAL INCRA

Exercício: 2005

Base: 24-JAN-2006







































Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO
Órgão da UG Executora 22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

Programa	Projeto/Atividade	Item de Informação						
		Originário do OGU	Suplementação Acrescimo	Suplementação Redução	Crédito Contingenciado	Limite Autorizado	Destaque Recebido	Destaque Concedido
	2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE	237.555.949,00	61.081.874,00			298.637.823,00	2.074.613,83	
	2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS	14.453.887,00	389.853,00			14.843.740,00		
	2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMP	1.141.152,00				1.141.152,00		
	2011 AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	6.076.444,00				6.076.444,00		
	2012 AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	10.932.036,00				10.932.036,00		
	4716 OPERACAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRA						164.218,40	
0901	0005 CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PREC	76.396.447,00	0,00	-3.520.304,00		72.876.143,00		72.876.143,00
0906	0284 AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	41.495.182,00				41.495.182,00		
1120	2109 ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS	2.169.671,00	216.000,00			2.385.671,00		
	4284 PREVENCAO DE TENSÃO SOCIAL NO CAMPO						300.000,00	
	4288 CAPACITACAO DE MEDIADORES DE CONFLITOS SOCIAIS						165.590,56	
	4300 ATENDIMENTO DE DENUNCIAS - OUVIDORIA AGRARIA NACIONAL						25.100,00	
	4304 MEDIACAO DE CONFLITOS AGRARIOS						87.300,00	
	5146 IMPLANTACAO DE OUVIDORIAS AGRARIAS						158.379,00	
1334	0620 APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIO	300.000,00			300.000,00			
1336	0859 PAGAMENTO DE INDENIZACAO AOS OCUPANTES DAS TERRAS DEMARCADAS	14.440.347,00	0,00	-1.440.000,00	13.000.347,00			
	1642 RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTE	5.425.216,00			2.971.921,00	2.453.295,00		
1350	2272 GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	2.392.001,00			159.909,99	2.232.091,01		
	4474 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO	14.564.954,00				14.564.954,00		1.759.579,25
	6952 CONCESSAO DE BOLSAS DE CAPACITACAO PROFISSIONAL EM ASSISTENC	3.759.620,00			47.068,89	3.712.551,11		137.553,92
	8633 FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR ADAPTADOS A REFO	9.117.256,00			3.769.336,69	5.347.919,31		
	8643 CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPT	13.234.563,00			2.856.536,15	10.378.026,85		863.537,00
Total:		3.415.603.989,00	820.762.930,00	-709.906.157,00	168.658.961,12	3.357.801.800,88	3.392.111,84	84.145.338,66

Contratos e Convênios

Relatório de Gestão do Exercício de 2005 - INCRA

 SEDE CONVENIOS.xls	 SR-01 CONVENIOS.xls	 SR-02 CONVENIOS.xls	 SR-03 CONVENIOS.xls	 SR-04 CONVENIOS.xls	 SR-05 CONVENIOS.xls
 SR-06 CONVENIOS1.xls	 SR-07 CONVENIOS.xls	 SR-08 CONVENIOS.xls	 SR-09 CONVENIOS.xls	 SR-10 CONVENIOS.xls	 SR-11 CONVENIOS.xls
 SR-12 CONVENIOS.xls	 SR-13 CONVENIOS1.doc	 SR-13 CONVENIOS2.doc	 SR-13 CONVENIOS3.doc	 SR-13 CONVENIOS4.doc	 SR-13 CONVENIOS5.doc
 SR-13 CONVENIOS6.doc	 SR-13 CONVENIOS7.doc	 SR-14 CONVENIOS.xls	 SR-15 CONVENIOS.doc	 SR-16 CONVENIOS.xls	 SR-17 CONVENIOS.xls
 SR-18 CONVENIOS OPERACIONAL.xls	 SR-18 CONVENIOS TÉCNICA.xls	 SR-19 CONVENIOS.doc	 SR-20 CONVENIOS.xls	 SR-21 CONVENIOS.doc	 SR-22 CONVENIOS.xls
 SR-23 CONVENIOS.xls	 SR-24 CONVENIOS.xls	 SR-25 CONVENIOS.doc	 SR-26 CONVENIOS.doc	 SR-27 CONVENIOS.xls	 SR-28 CONVENIOS.doc
 SR-29 CONVENIOS.xls	 SR-30 CONVENIOS.xls				

Dê dois “cliques” no arquivo que queira visualizar.

**Superintendente Nacional de Gestão Estratégica
Raimundo João Amorim Pereira**

**Coordenador Geral de Planejamento
Delano Geraldo Camargos**

Equipe de Elaboração

Coordenadora: Olívia Rodrigues Alonso Gonzáles

**Maria Lúcia Vieira Carvalho
Sergio Fernandes Santos
Raimundo Nonato Almada Filho
Bruno Accioly de Carvalho
Francisco de Assis Alves de Almeida
Maria do Socorro Freire de Oliveira
Fabiana Nepomuceno Perdigão
Regina Lúcia de Alcântara Góes
Markell Ferreira Alves
Carlos Henrique Kovalski
Edaldo Gomes
Elizabeth Prescott Ferraz
Edilça Fernandes de Faria Rodrigues
Érico Melo Goulart
Cláudio Braga
Renata Davila
Josemar Costa Oliveira
Sadi Pansera**